UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

Rossonia Marini Serafini

OS CONSELHOS ESCOLARES NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ALGUNS LIMITES E POSSIBILIDADES

Santa Maria, RS
2017

Rossonia Marini Serafini

OS CONSELHOS ESCOLARES NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ALGUNS LIMITES E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional.**

Orientador (a): Profª. Drª. Sueli Menezes Pereira

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Serafini, Rossonia Marini
Os conselhos escolares na efetivação da gestão democrática: alguns limites e possibilidades / Rossonia Marini Serafini.- 2017.
122 p.; 30 cm

Orientadora: Sueli Menezes Pereira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2017

1. Conselho Escolar 2. Gestão Democrática 3. Participação 4. Educação Infantil I. Pereira, Sueli Menezes II. Título.

© 2017
Todos os direitos autorais reservados a Rossonia Marini Serafini. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
Endereço: Avenida Liberdade, 107, casa 105, Bairro Passo D'Areia, Santa Maria, RS. CEP: 97010-270.
Fone: (0xx)55 999661228; E-mail: rossoniaserafini@yahoo.com.br

Rossonia Marini Serafini

OS CONSELHOS ESCOLARES NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ALGUNS LIMITES E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional.**

Aprovado em 21 de agosto de 2017:

Sueli Menezes Pereira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Maria Luiza Rodrigues Flores, Dra. (UFRGS)

Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Compreendo que esta é última partedesta dissertação a ser escrita, já que escrevo com o coração imbuído de muitas memórias gravadas nestes últimos meses. Sempre acreditei ser um momento especial na caminhada acadêmica, pois entendo que agora é hora de se colocar frente às pessoas que fizeram e fazemparte desta caminhada.

Inicio me reportando a todos os meus professores que se fizeram parte essencial nesta minha jornada. Sei que deram o melhor que podiam como educadores.

À banca de professoras que acreditaram em minha proposta de mestrado.

À escola pública e à Universidade Federal de Santa Maria, pois delas sou fruto.

Às minhas colegas da Casa da Criança que vibraram desde a seleção do mestrado até agora na defesa. Sempre com uma energia de seguir em frente. Tipo “vai lá Dire, tu consegues!” Em especial a Elisa Kummer, minha vice, fiel escudeira nas minhas ausências e minha fotografa preferida, Juliana Gomes, minha coordenadora pedagógica. Minha ninja no computador, pois muitas vezes eu dizia: “Ju socorro” E ela sempre pronta a me ajudar.

Aos conselheiros da Casa da Criança, os quais acreditaram que era possível fazer a diferença.

Às escolas que se disponibilizaram a participar desta pesquisa, meu muito obrigado.

Aos meus pais, que mesmo com pouco estudo, sempre acreditaram que esta era a herança que podiam me deixar: os estudos.

À minha orientadora Sueli Menezes. Foi muito mais que orientadora, foi minha amiga, pois viveu comigo uma das fases mais tristes da minha vida. Nunca desistiu de mim, sempre presente com sua bagagem de conhecimentos, com sua paciência em compreender minhas limitações. Sempre cuidadosa em todos os detalhes, tanto pedagógicos, quanto afetivos. Minha eterna gratidão por ter estado comigo.

E finalizo agradecendo àMaria Luiza, minha filha, que tem me acompanhado neste processo com muita paciência. Peço desculpas pela minha ausência e obrigada por ser minha inspiração diária, em me tornar uma pessoa melhor. Você, com certeza, é minha melhor parte.

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor,
mas lutamos para que o melhor fosse feito.
Não somos o que queríamos ser,
Mas, graças a Deus,
Não somos o que éramos
(Martin Luther King).

RESUMO

OS CONSELHOS ESCOLARES NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ALGUNS LIMITES E POSSIBILIDADES

AUTORA: Rossonia Marini Serafin
ORIENTADORA: Sueli Menezes Pereira

Esta dissertação de mestrado vem contribuir para a efetivação da Gestão democrática através do fortalecimento dos Conselhos Escolares, trazendo alguns limites e possibilidades encontrados neste tema. Tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: poderá o conselho escolar caracterizar efetivamente uma Gestão Democrática no contexto das Instituições de Ensino? Como objetivo geral busca: analisar o processo de descentralização do poder com vistas a democratizar as relações de gestão da escola a partir da atuação do conselho escolar em escolas de educação pública. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tipo estudo de multicasos, se utilizando de questionários, análise documental e grupos focais, tendo como campo de pesquisa escolas da rede pública de Santa Maria e como sujeitos os integrantes dos Conselhos Escolares. Apresento como resultado da pesquisa indícios da fragilidade dos conselhos escolares, tendo na conclusão, após tabulação da pesquisa, sido verificada a falta de formação dos gestores e dos conselheiros, o que vem comprovar como ponto alto desta pesquisa que é preciso urgentemente o poder público juntamente com as instituições escolares proporcionar a formação de todos envolvidos neste processo de fortalecimento dos Conselhos Escolares, ou seja, toda comunidade escolar. O produto final desta pesquisa foi a construção de um protocolo com sugestões de atividades que foram vivenciados na escola de aplicação visando o fortalecimento do conselho escolar.

Palavras-chave: Conselho escolar. Gestão Democrática. Participação. Educação Infantil.

ABSTRACT

THE SCHOOL COUNCILS IN EFFECTIVENESS OF DEMOCRATIC MANAGEMENT: SOME LIMITS AND POSSIBILITIES

AUTHOR: Rossonia Marini Serafini
ADVISOR: Sueli Menezes Pereira

This Master's dissertation has contributed to the implementation of democratic management through the strengthening of the School Councils, bringing some limits and possibilities found in this theme. It has as a research problem the following question: can the school council effectively characterize a Democratic Management in the context of the Institutions of Education? The general objective is to analyze the process of decentralization of power in order to democratize the management relations of the school through the performance of the school council in public schools. The methodology used was the qualitative research, type of study of multicasos, using questionnaires, documentary analysis and focus groups, having as a field of research schools of the public network of Santa Maria and as subjects the members of the School Councils. I present as a result of the research indications of the fragility of the school councils, having concluded, after tabulation of the research, been verified the lack of training of managers and counselors, which proves as the high point of this research that the public power is urgently needed together with the school institutions providing the training of all involved in this process of strengthening the School Councils, that is, every school community. The final product of this research was the construction of a protocol with suggestions of activities that were experienced in the school of application aiming at strengthening the school counseling.

Keywords: School council. Democratic management. Participation. Child education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escola Estadual de 1º grau João Belém 23
Figura 2 - Instituto de Educação Olavo Bilac..... 24
Figura 3 - Universidade Federal de Santa Maria..... 25
Figura 4 - Cadernos oferecidos pelo MEC para formação dos conselheiros escolares 60
Figura 5 - Fotos do 1º encontro..... 95
Figura 6 - Fotos do 2º encontro..... 96
Figura 7 - Fotos do 5º encontro..... 98
Figura 8 - Fotos do 7º encontro..... 100
Figura 9 - Slides trabalhados na reunião pedagógica 101
Figura 10 - Tabela trabalhada na reunião pedagógica..... 102
Figura 11 - 9º encontro e participação da Festa da Família..... 103
Figura 12 - Festa Junina 103
Figura 13 - Última reunião..... 105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Questionários 82
Quadro 2 - Questionários devolvidos por segmento 82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação
APM	Associação de Pais e Mestres
ATC	Avenida Tênis Clube
CE	conselho escolar
CEI	Centro de Educação Infantil
CEs	Conselhos Escolares
CF	Constituição Federal
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CREAS	Coordenadoria de Educação e Assistência Social
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPAS	Faculdade Palottina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNFCE	Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político-pedagógico
PRODAE	Programa de Desenvolvimento da Autonomia Escolar
SESC	Serviço Social do Comércio
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundação das Nações Unidas para Infância
UNIFRA	Universidade Franciscana

SUMÁRIO

1 NA BUSCA DE UM CAMINHO, ENCONTREI-ME GESTORA: UMA HISTÓRIA DE VIDA E BUSCA... 23
1.1 VIII ANPEDSul/2010: TRABALHOS APRESENTADOS 32
1.2 IX ANPEDSul/2012: TRABALHOS APRESENTADOS 34
1.3 X ANPEDSul/ 2014: TRABALHOS APRESENTADOS 36
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS 38
3 DEMOCRACIA E CAPITALISMO: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS 43
4 GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR 49
5 A LEI EM QUESTÃO: LEIS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA 64
6 O CONSELHO ESCOLAR NA REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DE SANTA MARIA:CAMPO DE PESQUISA EM ANÁLISE 68
5.1 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “C” 70
5.2 ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “A” 70
5.3 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “B” 72
5.4 ESCOLA DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO 78
7 O CAMINHO DA PESQUISA: BUSCAS, LIMITAÇÕES, ANGÚSTIAS E RESULTADOS 81
7.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS 81
7.2 ANÁLISE DOCUMENTAL 90
7.3 APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS 93
7.4 PROTOCOLO DE SUGESTÕES DE ATIVIDADES 108
CONSIDERAÇÕES FINAIS 110
REFERÊNCIAS 114
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA 118
APÊNDICE B – MATERIAL PARA O GRUPO FOCAL 119
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 120
ANEXO A – MATERIAL PARA REUNIÃO 122

1 NA BUSCA DE UM CAMINHO, ENCONTREI-ME GESTORA: UMA HISTÓRIA DE VIDA E BUSCA...

Uma liderança, de fato, consiste em abordar a alma de uma pessoa, e dar-lhe asas (Alselm Grun).

Ao iniciar este capítulo que delineia os caminhos desta pesquisa, trago minha caminhada de vida, que me fez chegar onde estou. Quando escrever um memorial, reviramos as emoções e lembranças muito bem guardadas, sendo assim, ao iniciar este relato, confesso que não me sinto muito confortável, pois sei que sentimentos emergirão e, sem saber ainda o que sinto, não serão somente lembranças agradáveis à minha memória[1].

Nasci na cidade de Ijuí e com três anos de idade passei a residir em Santa Maria. No ano de 1968, não se falava em Educação Infantil, algo distante e presente na vida de crianças. Era comum para os pais que tinham mais conhecimento e condições financeiras colocar os filhos em escolas de Educação Infantil, o que não era minha realidade.

Em 1972, então com sete anos, passei a frequentar a Escola Estadual João Belém. Nesta escola fiz todo o ensino fundamental.

Figura 1 - Escola Estadual de 1º grau João Belém

Fonte: Acervo da pesquisadora.

[1] Durante a escrita da dissertação mantenho a primeira pessoa durante a presente introdução, e adoto o uso de 3ª pessoa ao longo do texto.

Nesta época, a escola tinha uma visão de aluno diferente da atualidade; lembro-me de que eu e meus colegas tínhamos que limpar as salas. Evitávamos andar pelos corredores, pois se a diretora nos encontrasse tomava a tabuada e, se não soubéssemos, a reprovação era certa. *Bullying,* meu Deus! Penso nos vários apelidos que tinha; era uma menina muito magra, pobre e tímida, por isso os olhares sempre eram para mim, ou assim eu me sentia. Recreio, muito poucos, visto que precisava cuidar do meu irmão menor, que costumava se envolver em encrencas. E assim segui minha trajetória nesta escola, mas, com certeza, a imagem que nunca esqueci foi de uma professora na porta da sala de aula dizendo para minha mãe: - seu filho é muito inteligente, mas não dá importância para escola; - sua filha, não, ela é muito esforçada, vai conseguir ir longe. Ali vi que teria que fazer a diferença, caso contrário, meu destino seria traçado de maneira distante da que hoje tenho. E agora vejo que assim foi de fato, pois muitas vezes se cria uma personagem forte e dona de si, que até dá certo.

Saindo do ensino fundamental, optei pelo Magistério, no Instituto de Educação Olavo Bilac; na época, ser selecionada era para poucos candidatos em razão de que havia muita concorrência.

Figura 2 - Instituto de Educação Olavo Bilac

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Não lembro efetivamente o porquê da escolha, mas esta me fez bem. Chegando lá, no primeiro dia de aula, uma professora pediu-me que fosse ao quadro e escrevesse uma frase, pois eu era canhota e queria ver se eu tinha condições de ser professora. Lá os anos passaram e gostei muito. Minha opção era ser educadora. Três anos de aprendizado, dificuldades e alegrias. A escola e alguns professores já eram diferentes, os professores olhavam para as alunas como pessoas, como seres humanos com história. Afinal estávamos em uma escola de formação de educadores.

A inscrição do vestibular não foi tão simples, pois minha mãe queria que eu cursasse farmácia. Então, para optar pela Pedagogia, fiz a inscrição sem falar em casa qual tinha sido o curso escolhido. Nesse período terminei um noivado, pois o noivo queria que eu parasse de estudar. Então, como disse, o simples sempre tinha algo a mais. Passei, virei bixo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Figura 3 - Universidade Federal de Santa Maria

Fonte: Acervo da autora.

Não fiz o curso em quatro anos como de costume; levei mais tempo, pois tinha que trabalhar. Foram anos de algumas dificuldades financeiras, no entanto cheguei à formatura. Certa do meu caminho, fiz amigos, histórias para contar,

viagens e muito mais. Conheci alguns professores que eram exemplo, outros nem tanto. Ainda havia regime militar no País e participar do Diretório Acadêmico Estudantil (DCE) era quase um ato de heroísmo. Muitas foram as greves e caminhadas. Nesse tempo já me via somente como professora de crianças pequenas, por isso optei pela educação infantil, nível em que atuo até hoje.

Quando formada, a necessidade de trabalhar era grande. Iniciei em escola privada e, em 1994, ingressei no Magistério Municipal na Prefeitura de Santa Maria no qual continuo até hoje como professora.

No ano de 1997, fui Pedagoga no Serviço Social do Comércio (SESC), sendo a responsável pela implementação da Escola Sesquinho na nossa cidade, ficando até 2002. A partir daí me dediquei inteiramente ao serviço público. Nesta caminhada fui trilhando saberes e experiências as quais apontavam que minha vocação também ia além das salas de aulas, pois tinha facilidade e vontade de fazer parte do quadro que colabora com os professores, que busca espaços de melhor qualidade para os alunos. Meu itinerário então mudou: de professora passei a coordenadora pedagógica e a diretora de escola. Para tanto, senti a necessidade de me qualificar e busquei a pós-graduação *latu sensu*, sendo uma em Educação Infantil, pela Universidade Franciscana (UNIFRA), e a outra em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na continuidade desta qualificação, busquei o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional na UFSM, o qual concluo neste momento. Até chegar aqui não foi simples, há muita história para contar. Nesta trajetória, muitas vezes, pego-me pensando sobre educação, então vejo porque estou aqui novamente buscando conhecimento.

Costumo afirmar que podemos ter qualquer profissão, desde que, quando olharmos para trás, possamos desejar fazer tudo novamente. Com certeza faria tudo novamente, talvez de maneira diferente, mas faria.

Nestes últimos anos, sempre lia algo, discutia sobre gestão democrática nas aulas de Pós-Graduação, onde, na Escola de Gestores da UFRGS, fiz toda minha monografia sobre a reconstrução participativa do Projeto Político-Pedagógico, e entre as formações da própria escola onde atuo atualmente, algo me angustiava muito: O que é realmente uma gestão democrática? Porque nossos Conselhos escolares não são atuantes? É buscando resposta a estes questionamentos que a

presente pesquisa deseja elucidar os desafios de uma Gestão Democrática, através do resgate e do fortalecimento dos Conselhos Escolares.

A “gestão democrática” está prevista como princípio da Constituição Federal de 1988 e referendada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), em seu artigo 14, em que diz: “Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica” (BRASIL, 1996).

A temática “Gestão Democrática” vem sendo discutida amplamente, mas se faz necessário observar esta prática na gestão das instituições de ensino. Portanto, foi imprescindível saber quais são os possíveis desafios para Gestão Democrática, através do conselho escolar em escolas da Rede Estadual e Municipal de Santa Maria.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, valho-me da pesquisa qualitativa, tipo estudo de multicasos. A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2001), trata de respostas a questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes que caracterizam o conselho escolar, suas estratégias no cumprimento de suas finalidades. A abordagem qualitativa trará a pesquisa de multicascos que trabalha com grupos similares, com mesmas funções, característica ideal dos Conselhos Escolares.

Para tanto, o campo de pesquisa foram quatro escolas públicas, sendo uma da rede estadual e duas da rede municipal, onde aconteceu a pesquisa inicial e uma terceira escola da rede Municipal, a qual foi meu *lócus* de intervenção, ou seja, palco da aplicação de um protocolo de práticas de fortalecimento do conselho escolar no sentido de verificar alternativas e limites da gestão democrática. O trabalho nesta quarta escola foi realizado a partir das análises colhidas no decorrer das inserções nas demais escolas e envolveu professores e participantes do conselho escolar com discussões através de Grupos Focais.

As escolas municipais foram aqui denominadas Escola A e B e a escola da rede estadual de Escola C, foram as escolas onde foi aplicado o questionário e a escola Centro de Educação Infantil Casa da Criança foi o *lócus* de aplicação do Protocolo.

Os sujeitos da pesquisa, com quem foram aplicados os questionários em cada escola, foram os integrantes que compõem os Conselhos Escolares, ou seja, representantes de cada segmento de pais, professores, alunos, funcionários e

equipe diretiva da escola. É importante salientar que eles poderiam decidir se participariam da referida pesquisa.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em foco. Segundo Gil (2002, p.45),

> [...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Sua finalidade foi colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa. Para tanto, realizo um pequeno Estado do Conhecimento (aqui exposto ao final desta introdução) que, conforme Barreto (1994, p. 03), é:

> [...] o acesso ao conhecimento já existente, aos conceitos e princípios fundantes que já estão estabelecidos, ou seja, a produção de conhecimento que tem início tendo por base a busca de informações sobre aquilo que já foi produzido anteriormente.

No transcorrer desta pesquisa, pude observar que todos os autores entendem que é de fundamental a importância continuar em busca de respostas para melhoria da atuação dos Conselhos Escolares nas escolas públicas.

Outro instrumento de coleta de dados foi a pesquisa documental, tendo como instrumentos de análise a Lei da gestão democrática do Município de Santa Maria, Lei nº 4.747 de 24 de dezembro de 2003 (SANTA MARIA, 2013), e a lei do Estado do Rio Grande do Sul, Lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995, a qual foi modificada e atualizada em 15 de maio de 2012, pela Lei nº 13.990 (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Também foram analisados documentos, os regimentos da organização dos Conselhos Escolares das escolas pesquisadas e as atas das reuniões dos Conselhos Escolares.

De acordo com Gil (2002, p.46), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “[...] fonte rica e estável de dados [...]”, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica e, segundo o autor, o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento

analítico, ou que ainda pode ser reelaborado, de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa também desenvolveu como instrumento de busca de dados os Grupos Focais, de modo a levar questionamentos junto ao grupo na escola onde foi aplicado o protocolo de possíveis ações de fortalecimento dos Conselhos Escolares. Isso fez com que o pesquisador observasse e analisasse a reação e o discurso dos participantes. Esta técnica apresenta o real problema da pesquisa e o resultado está diretamente ligado à condução e ao tipo de abordagem do entrevistador em relação aos grupos.

Esta pesquisa busca compartilhar e sistematizar sugestões de atividades, de modo a resgatar e fortalecer o conselho escolar como forma de democratização da instituição de ensino. A temática escolhida que envolve o fortalecimento dos Conselhos Escolares vem elucidar que este órgão seja decorrente do processo de descentralização político-administrativa no ambiente escolar.

A pesquisa apresenta os desafios para os Conselhos Escolares, tendo em vista que estes buscam agregar a comunidade, destacando os interesses ligados à gestão escolar em termos administrativos, pedagógicos e de gestão financeira, como propõe a LDB/1996 em seu artigo Art. 15.

> Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Na contemporaneidade, a gestão escolar tem se tornado focada nas diversas discussões sobre a democratização da escola, algo de fundamental importância, tendo nas suas mais diversas pautas responder aos desafios impostos pelo processo de descentralização do Estado no mundo globalizado.

É nessa ótica que se desenvolveu a presente pesquisa por acreditar-se que a gestão democrática, através do conselho escolar, passa necessariamente pela gestão de uma liderança consciente e de um grupo da comunidade escolar que participe efetivamente, demonstrando a necessidade de democratizar as relações internas e externas, aproximando escola, professores, equipe pedagógica, funcionários, educandos e pais, por meio de uma ampla e efetiva participação,

priorizando, dessa forma, resultados satisfatórios para a gestão da escola em termos administrativos, pedagógicos e financeiros.

Como diretora de escola esta pesquisa vem dar sentido à caminhada que venho traçando, pois ainda, mesmo que na busca constante pela Gestão Democrática, sinto que este modelo de gestão ainda não faz parte da efetiva prática, na qual o conselho escolar ainda não atingiu o processo de democracia participativa, tal como se almeja.

Nessa perspectiva, aponta-se como **Problema de Pesquisa** o seguinte questionamento: *Que condições especificas poderiam contribuir para a que os Conselhos Escolares sejam órgãos de efetivação da gestão democrática na escola pública?*

Durante o desenrolar desta pesquisa, buscou-se dar respostas às seguintes **Questões de Pesquisa**:

- quais os desafios encontrados na construção da Gestão Democrática?;
- qual a função do conselho escolar no desenvolvimento do processo educacional na busca de uma educação de qualidade?;
- como a Legislação qualifica o processo de Gestão Democrática nos Conselhos Escolares?;
- como os membros do conselho escolar compreendem a gestão democrática?;
- como ocorre o processo de participação dos Conselhos junto à gestão da escola?;
- como se dá a participação de todos os segmentos nas reuniões do Conselho?;
- como se dá o processo de escolha de todos os representantes dos diferentes segmentos do CE?;
- quais são os principais assuntos debatidos durantes as reuniões?;
- como se dá o processo de formação dos conselheiros para participar do conselho escolar?;
- como é o processo de tomada e decisões?;
- como comprometer os conselheiros no processo de gestão administrativo-pedagógica e financeira?;
- qual o tipo de relação do CE em relação ao PPP?

As questões acima visam atingira melhor forma de fortalecer os Conselhos Escolares junto aos espaços escolarese conheceros limites encontrados.

De modo aqualificar esta pesquisa, apresento o objetivo geral e os específicos.

Objetivo geral:

Compreender os desafios para a efetivação da gestão escolar democrática a partir da atuação de Conselhos Escolares de escolas públicas do Município de Santa Maria.

Objetivos específicos

a) Identificar conceitos de democracia e os possíveis desafios da construção democrática no contexto escolar, na contemporaneidade.
b) Identificar a função e a organização do conselho escolar como mecanismo de gestão democrática no desenvolvimento do processo educacional, visando à qualidade do ensino.
c) Reconhecer a legislação estadual e municipal sobre a democratização das escolas públicas, tendo o conselho escolar como foco.
d) Identificar eventuais especificidades que repercutam no funcionamento dos conselhos Escolares com possibilidades de efetivação da Gestão Democrática.
e) Levantar, sistematizar e compartilhar alternativas para qualificar a atuação dos CE junto aos sujeitos colaboradores da pesquisa.
f) Construir e aplicar um protocolo de Fortalecimento dos conselhos Escolares, através de grupos focais em uma escola municipal.

Nesta perspectiva, além da bibliografia consultada, a pesquisa se vale de um pequeno estado do conhecimento (anunciado anteriormente) com produções acadêmicas que vêm sendo publicadas em anais de eventos, ou seja: seis (6) produções sobre o tema, buscadas nos Anais dos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, da região Sul de 2010, 2012, 2014.

1.1 VIII ANPEDSul/2010: TRABALHOS APRESENTADOS

O trabalho foi publicado na ANPED Sul 2010, tendo como titulo A *efetivação dos conselhos escolares como órgão de democracia da gestão escolar*, sendo autores Jair Jonko Araújo e Maria Cecilia Sonia Lorea Leite, ambos da Universidade Federal de Pelotas. Trouxe como problema de pesquisa e objetivo discutir os conselhos Escolares como órgãos efetivos de democratização das escolas, utilizando-se como método de pesquisa o Estudo de Caso.

Os autores trazem algumas pinceladas sobre conceitos de participação e, na sequência, resultados de pesquisas onde apontam as dificuldades que se tem na realidade para que aconteça a participação efetiva da comunidade escolar. Tendo como campo de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, a pesquisa aponta processos, a fim de que se efetivem os diferentes modos de gestão democrática na instituição.

Os autores colocam seu entendimento sobre Gestão democrática como sendo o fundamento de toda a reorganização da instituição inserida nas políticas de autonomia escolar, através da participação efetiva da comunidade na construção de uma identidade para a escola, que seja representativa de seus próprios interesses.

Para os autores, a escola, em uma sociedade democrática, torna-se um lugar especial e rico para a troca de aprendizagens do significado maior de democracia, de modo que toda sua comunidade vivencie o significado de participação coletiva nos diferentes espaços da escola.

Muitas foram as formas e tentativas de criação de conselhos desde a fundação, em 1943, da Escola Técnica de Pelotas. Diversas foram às nomenclaturas: 1959: Conselho de Representantes; 1974: Conselho Técnico Consultivo - CTC; 1975: Conselho de Coordenadores; 1999: Conselho Técnico Profissional, e assim segue-se ao longo dos anos. É importante colocar que todos esses conselhos foram criados internamente sem previsão legal, mas visando, de alguma forma, a participação da comunidade.

Os autores, como considerações finais, apontam que a criação de conselhos e eleições diretas para diretores não garantem a gestão democrática. É necessário a comunidade criar mecanismos como forma de garantir a efetiva participação nas decisões dos espaços institucionais e o respeito às decisões tomadas como forma de garantir a real execução das decisões.

Há necessidade de qualificar os conselhos escolares, pois, muitas vezes, o fracasso se dá pela falta de conhecimento dos que estão à frente do processo.

Como palavras finais dos autores Araújo e Leite (2010, p.89), cito na integra parte do texto:

> Na análise histórica do processo de gestão do atual Instituto Federal de Ciência de Tecnologia Sul-rio-grandense, constata-se um processo constante de participação da comunidade na gestão da Instituição, certamente consolidado pela garantia legal de autonomia destas Instituições desde o final da década de 1950. Todavia, o Conselho Superior em implantação no IFSul, com participação expressiva da comunidade escolar e redução significativa da gestão, apresenta características relevantes para potencialização da democratização efetiva da gestão institucional, constituindo um importante espaço para o desenvolvimento de um interessante estudo de caso, cujo, acompanhamento poderá oferecer elementos valiosos para gestão democrática da educação pública.

As autoras Sueli Pereira e Clarice Zientarski, ambas da Universidade Federal de Santa Maria, sinalizam as consequências de um estado neoliberal e globalizado, no trabalho intitulado *Políticas educacionais no Brasil: o conselho escolar no contexto neoliberal.* Esta realidade consolida a descentralização administrativa, o que configura o poder local e, nele, a participação da comunidade. Neste quadro, a ênfase recai no papel do conselho escolar. A pesquisa qualitativa foi realizada entre 2003 e 2008, sendo o foco os conselhos escolares do estado do Rio Grande do Sul, mostrando o distanciamento dos governos nas decisões que venham a resolver os problemas encontrados nas realidades escolares.

As autoras evidenciam que a LDB (BRASIL, 1996) determina que os sistemas educacionais devem garantir a autonomia das instituições de ensino em seus aspectos administrativos, pedagógicos e de gestão financeira (Art.15), enfatizando *a* "[...] *participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes* [...]" (Art. 14).

É importante ressaltar o trabalho de Pereira e Zientarski, ao afirmarem que, sob um novo olhar, o governo descentraliza suas responsabilidades, onde o conselho escolar atua como gestor das decisões sobre os problemas surgidos, num processo de redistribuição das ações e competências. Por isso, há a necessidade de conhecer mais profundamente as políticas públicas, sociais e econômicas. A gestão democrática vem para contribuir com a escola, possibilitando uma caminhada mais tranquila e transparente.

As autoras colocam que, para que haja uma real ação, é necessário que a escola e sua comunidade na sua integralidade, ou seja, professores, pais, funcionários e alunos, estejam envolvidos. Todos devem estar inseridos nas decisões, em especial naquelas que apresentam, em sua construção, autonomia, tomada de decisões e execução do Plano pedagógico. As autoras sustentam que o conselho escolar representa um espaço significativo, para que a gestão democrática se efetive, pois trata de práticas que rompem com uma tradição de distanciamento entre a esfera em que as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população.

Trazendo literalmente as palavras das autoras:

> Conclui-se que a democracia proposta por lei para a educação encontra muitos obstáculos para a sua efetivação o que retira do conselho escolar a possibilidade de inserção na gestão da escola. Superar esta limitação implica em uma comunidade escolar organizada, tendo como base a compreensão das políticas do Estado neoliberal (PEREIRA; ZIENTARSKI, 2010, p.01).

Destaco que as autoras, em sentido oposto aos princípios neoliberais, afirmam que o conselho escolar pode sim vir a se constituir em um importante espaço de decisões democráticas, envolvendo todos seus agentes, não se tornando somente um agente de execução.

1.2 IX ANPEDSul/2012: TRABALHOS APRESENTADOS

O trabalho apresentado na ANPEDSul intitulado *O conselho de escola como parceiro na compreensão de parâmetros e indicadores de qualidade na educação* tem como autoras Roberta Ravaglio Gagno, da Universidade Estadual do Paraná e Rita Schane, da Universidade Tuiutí do Paraná. As referidas autoras desenvolvem uma pesquisa sobre a função dos Conselhos Escolares na Gestão democrática, verificando se estes têm autonomia e importância na aplicação dos parâmetros de qualidade. Trazem uma reflexão sobre o assunto, considerando que os conselhos escolares são órgãos de extrema importância para a construção da gestão democrática. O trabalho foi realizado em Curitiba, em 2011, na rede municipal de ensino, através da participação das autoras em reuniões de Conselhos Escolares realizadas nas escolas, se utilizando de uma ficha de observação, onde elas

imediatamente observaram a falta de articulação e de conhecimento dos integrantes dos Conselhos Escolares.

Com o desenvolver das observações realizadas, as autoras foram pontuando no referido documento suas impressões. O conselho escolar, no contexto investigado, sendo um órgão de gestão das instituições públicas de ensino, ainda não tem claras suas funções, demonstrando fragilidade e tornando-se somente executor burocrático, deixando de lado sua real função. Há a necessidade de maior aprofundamento e clareza da função do conselho escolar no que diz respeito aos indicadores de qualidade. O conselho escolar é um órgão que precisa estar trabalhando em conjunto com os indicadores para efetivamente se ter uma educação de qualidade. As autoras finalizam, colocando a importância de se utilizar de tudo que é possível, para se ter um processo democrático e de qualidade da educação.

O presente trabalho *Conselhos escolares na educação infantil* foi publicado pela autora Cíntia Caldonazo Wendler, da Universidade Federal do Paraná,versa sobre o conselho escolar na educação infantil. O trabalho foi realizado na rede municipal de Curitiba, utilizando-se da pesquisa empírica. Foi fornecida pela secretaria de educação a documentação necessária para a pesquisa e, ainda, enviados questionários às direções das escolas. Salienta-se que dos 150 questionários enviados foi possível trabalhar com, apenas, 124. A autora traz inicialmente a definição de gestão democrática, apontando reflexões sobre o tema e pontuando a implantação dos conselhos escolar na rede infantil.

A pesquisa inicial da autora é a fundamentação teórica do que diz respeito à gestão democrática, onde ela se utiliza do conceito de Souza (2009).

> [...] como um processo político que é mais amplo do que apenas as tomadas de decisão e que é sustentado no diálogo e na alteridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras e procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola (SOUZA, 2009, p.136).

A autora, ao analisar os documentos e os questionários conclui que a grande maioria dos integrantes dos conselhos escolares os entende como um órgão de extrema importância, no entanto também indicou a falta de conhecimento dos seus

integrantes, afirmando que a simples existência dos conselhos não garante a gestão democrática nos espaços escolares.

1.3 X ANPEDSul/ 2014: TRABALHOS APRESENTADOS

Destaco abaixo o trabalho *Gestão democrática e conselho escolar nas unidades escolares da rede municipal de Londrina*, apresentado na X ANPEDSul 2014, pelo autor Edwylson de Lima Marinheiro, que traz os conselhos escolares e sua efetivação na rede municipal de Londrina. O mesmo investigou a atuação dos conselhos em cinco escolas municipais. A pesquisa foi bibliográfica exploratória, utilizando-se de entrevista semiestruturada. O trabalho trouxe conceitos de gestão democrática e aprofundou-se na análise de, inicialmente, pesquisa bibliográfica seguida da análise de documentações como a legislação e os registros de reuniões (ATAS) de Conselhos fornecidas pelas cinco escolas em questão.

Ao iniciar a coleta e a análise dos documentos, o autor chegou à conclusão de que os conselhos se reuniam somente quando chamados pelo gestor da escola para realização de obrigações burocráticas, não respeitando um dos itens previsto em lei, que seria a reunião mensal e, ainda, nem todos os segmentos do conselho participavam. Geralmente os assuntos eram somente financeiros e administrativos e, raramente, algo de cunho pedagógico. Os autores verificaram pouquíssima participação efetiva neste órgão, que seria o instrumento de maior relevância no contexto escolar para o exercício da democracia. A avaliação final destaca que é muito tímida a participação do conselho escolar na rotina das escolas.

O trabalho apresentado na X ANPED Sul 2014 tem como autora Neusa Nogueira Fialho e Neide Tsukamoto, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná com o titulo *Gestão democrática e educação de qualidade: desafios do gestor escolar.* O estudo trata do papel do gestor em escolas públicas e apresenta os desafios encontrados em sua rotina administrativo-pedagógica e nos relacionamentos com comunidade, através de uma pesquisa qualitativa.

A autora afirma que a qualidade na educação está ligada à competência de seus agentes, ou seja, dos profissionais que nela atuam. Para tanto, apresenta o papel de destaque para o gestor, que é o agente que possibilita a participação efetiva e democrática de todos os setores da comunidade escolar. Destaca que a

maneira como o gestor se propõe a organizar a escola repercute no tipo de escola que se tem, ficando clara, na rotina escolar, a personalidade de cada gestor.

Neste particular, concluem que o gestor deve ser um líder com caráter democrático e articulador, que possa ser respeitado e respeitar a particularidade de toda a comunidade escolar. O mesmo deve envolver todos nas decisões, compartilhando sempre.

A autora traz como resultado a importância da gestão pedagógica, onde os pesquisados pensam e acreditam que precisam estar mais à frente das questões pedagógicas, levando em conta o contexto sociocultural dos educandos.

Apresentar, nesta pesquisa, seis trabalhos publicados nos anais de ANPED Sul, o que caracterizo como um pequeno Estado do Conhecimento, qualifica a escolha pelo tema dos Conselhos Escolares e sua atuação no contexto Educacional.

Esta dissertação desenvolve-se em sete capítulos. O primeiro a presente introdução ao tema, bem como o estudo dos textos publicados na ANPED.

O segundo capítulo apresenta o desenvolvimento metodológico, o qual compõe todo o caminho da pesquisa.

O terceiro capítulo traz reflexões sobre a democracia no contexto capitalista, no sentido de verificar a possibilidade de construção da democracia participativa.

O quarto capítulo versa sobre o tema Gestão Democrática e os Conselhos Escolares no contexto nas instituições de ensino, onde se apresenta a discussão sobre Gestão Democrática, tendo como foco o conselho escolar.

O quinto capítulo apresenta e analisa a Lei de Gestão democrática do estado do Rio Grande do Sul e do município de Santa Maria, onde os Conselhos Escolares são entendidos como órgãos de democratização da gestão e participação efetiva nos assuntos escolares, campos de estudos desta pesquisa.

O sexto capítulo traz a análise da realidade dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino previamente selecionadas, nas redes estadual e municipal de Santa Maria, com base na pesquisa realizada nestes respectivos espaços.

O sétimo capítulo apresenta os resultados verificados nesta dissertação através dos questionários, bem como um levantamento dos assuntos tratados no conselho escolar de cada instituição, através das atas de reuniões dos Conselhos Escolares e, por fim, a aplicação do Protocolo de práticas para o fortalecimento do conselho escolar.

Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação foi desenvolvida em cinco etapas, sendo a primeira a busca de referenciais teóricos para fundamentar o trabalho através de pesquisa bibliográfica. Na continuidade, a busca de produções acadêmicas sobre o tema, apresentadas em eventos na região Sul, tal como consta na introdução deste trabalho. Na etapa seguinte, foi analisada a legislação que fundamenta o tema referente aos conselhos escolares nas duas esferas administrativas públicas de educação (estadual e municipal).

Como pesquisa empírica propriamente dita, foi realizada a análise da realidade dos Conselhos Escolares através de documentos, aplicação de questionários aos conselheiros em uma escola da Rede Estadual de ensino e em duas escolas da Rede Municipal de Santa Maria - RS, previamente selecionadas.

Como intervenção e produto final do estudo, tomando como base os resultados da pesquisa realizada nas escolas acima, foi criado um roteiro de atividades, tendo como técnica os grupos focais, no sentido de qualificar a atuação do conselho escolarem uma perspectiva de gestão democrática.

Esta pesquisa se utiliza de uma abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2001, p.14),

> A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativadominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.

Ao optar pela pesquisa qualitativa, o investigador torna-se parte dela, constituindo-se objeto e sujeito em busca de conhecimento. A meta é a busca de informações mais específicas e profundas, o que identifica que a pesquisa qualitativa nunca pode ser medida ou quantificada.

É um estudo multicasos, considerando o estudo em mais de uma escola de diferentes esferas administrativas, o qual traz uma característica própria e especial que são os fatores comuns nos grupos previamente escolhidos, indicando como se caracterizam os conselhos escolares, ou seja, o estudo de multicasos traz fatores

comuns a todos os pesquisados. Yin (2010, p.134) afirma que, frequentemente, a evidência resultante de um estudo multicaso é considerada "[...] mais determinante, e o estudo como um todo, como mais robusto".

A pesquisa foi desenvolvida através de análise documental, grupos focais e aplicação de questionários, tendo como sujeitos todos os representantes do conselho escolar das escolas pesquisadas, visando identificar os desafios e os limites, com vistas ao fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Inicialmente fez-se a pesquisa bibliográfica que, conforme Fonseca (2002, p.32),

> [...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A partir da pesquisa bibliográfica há o encaminhamento da pesquisa através de técnicas de coleta de dados, tais como: questionários, análise de documentos e grupos focais.

A pesquisa documental, de acordo com Fonseca (2002, p.32),

> [...] trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

A análise documental é uma técnica intensamente utilizada por pesquisadores, de modo que, através de documentos, se busca atingir dados mais concretos e formalizados de um referido assunto. Nesse contexto, há de ser organizado o material, de modo a atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Os documentos analisados trazem uma história impregnada de ações, atitudes, paradigmas e a realidade dos grupos que realizaram tais documentos. De acordo com Minayo, (2010. p.22) “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de

abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador". Portanto a pesquisa documental é um procedimento que traz à tona a realidade através de técnicas para buscar a maior apreensão do conteúdo pesquisado, tendo sempre o foco no objeto de investigação.

É importante assinalar alguns conceitos de autores sobre a pesquisa documental: "A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse" (CAULLEY apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.38); "Uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes" (CELLARD, 2008, p.298); "A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas" (HELDER, 2006, p.1-2).

Aos integrantes do conselho escolar de cada escola campo desta pesquisa, foi solicitado responder questionários com questões pertinentes ao funcionamento do conselho escolar. Neste caso, compreende-se com Gil (2008, p.14) que o questionário,

> Pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

Entende-se que o questionário é um conjunto de questões, que são elaboradas para gerar os dados de pesquisa, de modo a verificar se os objetivos foram atingidos. Para a construção de um questionário não existem regras e procedimentos fechados ou exatos, pois não há a garantia de que os objetivos vão ser alcançados, caso este que se verificou com veemência através dos retornos dos questionários aplicados aos conselheiros. A construção de um questionário pode até ser perfeita, mas o sucesso no retorno está nas mãos de quem o preenche .

A ideia principal é entender que o questionário, além de não ter regras exatas, não tem a garantia de um retorno satisfatório. Portanto, é preciso se ater a alguns pontos importantes no momento da elaboração, como:

- pensar e planejar o que se deseja;
- ao formular as perguntas, ter as informações necessárias;

- prever a ordem das questões e seu texto.

Na quarta escola, sendo esta da Rede Municipal, a partir dos resultados obtidos com as demais técnicas de coleta de dados, de modo a intervir numa realidade concreta, procurei interagir com os professores e componentes do conselho escolar, utilizando a técnica de grupos focais que Gondim (2002, p.150-151), utilizando-se do referencial de Morgan, define

> [...] grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

É de grande relevância enfatizar aqui que o campo de pesquisa qualitativa foi me mostrando vários caminhos metodológicos, onde se permeiam formas diversas de coleta e análise de dados. Por este motivo apresento neste momento o grupo focal como parte integrante desta caminhada de busca pelas respostas às minhas indagações.

Segundo Polwwell e Single (1996, p. 449 apud GATTI, 2005, p.07), grupo focal "[...] é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal". Então, ao trazer aos pesquisados questões de relevância sobre o tema CE, abre-se um leque de possibilidades, onde o caminho é a discussão entre as partes. Gatti (2005, p. 07) coloca que:

> [...] privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios- conforme o problema em estudo, desde que eles possuam algumas características em comum que os qualificam para discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta de material discursivo\expressivo.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados, permeada de emoções, valores e paradigmas, indo dos limites às habilidades do pesquisador, onde se deve levar em conta o tipo de participantes, o número dos que irão ser pesquisados, o número de encontros necessários, entre outros fatores não menos importantes. Gatti (2005, p. 29) aponta:

> [...] o moderador deve explicar seu papel, que é o de introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir, procurando garantir, de um lado, que os participantes não se afastem muito do tema e, de outro, que todos tenha oportunidade de se expressar, de participar.

O grupo focal traz muito mais do que dados, pois é um caminho de problematização, inserindo os participantes da referida pesquisa no contexto das discussões e dos resultados das análises das questões propostas.

Assim sendo, esta pesquisa, que tem como foco o conselho escolar, buscou analisar os desafios para a efetivação da gestão escolar democrática, a partir da atuação de conselhos escolares de escolas públicas do Município de Santa Maria, através de análise de documentos e questionários. Como aplicação prática de resultados, valeu-se de uma quarta escola que, através de grupos focais com integrantes do conselho escolar, teve a intenção de qualificar o conselho escolar daquele estabelecimento de ensino, apresentando como referência questionamentos baseados em resultados da pesquisa anteriormente realizada com a aplicação de questionários nas demais escolas.

3 DEMOCRACIA E CAPITALISMO: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Este capítulo tem por objetivo identificar conceitos de democracia e os possíveis desafios da gestão educacional democrática na contemporaneidade capitalista.

É importante o sentido da palavra democracia a qual remete à ideia de participação. A palavra democracia vem do grego demo=povo e seu complemento cracia=governo. A realidade em que se vive caracteriza a premissa de que o governo é do povo e pelo povo? É possível afirmar que Democracia significa ou proporciona que o povo possa participar ativamente da vida política de seu país? É possível um país ser democrático em um sistema capitalista? Educação e capitalismo caminham juntos? Baseada nestes questionamentos, início o segundo capítulo e em resposta a eles toma-se a posição de Bobbio (2000a), que afirma que a democracia prevalecente no capitalismo é a representativa que se dá através do voto.

> Democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 2000a, p. 56).

De acordo com esse autor:

> O princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia, isto é, como capacidade de dar lei a si própria [...] que deveria ter como consequência a perfeita identificação entre quem dá e quem recebe uma regra de conduta e, portanto, é a eliminação da tradicional distinção entre governados e governantes sobre a qual fundou-se todo pensamento político. A democracia representativa, que é a única forma de democracia existente e em funcionamento, é já por si mesma uma renúncia ao princípio da liberdade como autonomia (BOBBIO, 2000a, p.38).

Nessa perspectiva, o “[...] preço que se deve pagar pelo empenho de poucos é frequentemente a indiferença de muitos” (BOBBIO,2000a, p. 39).

Sendo a democracia representativa no sistema capitalista, pergunta-se como fazer democracia direta que envolva a participação do povo, pois, quando se trata a democracia como ponto principal, se apresenta um regime que fala do povo, de seus anseios, de suas necessidades e traz os direitos de uma classe que elege seus representantes, onde todos deveriam ser respeitados de maneira igualitária, e os

cidadãos serem ouvidos pelos governantes eleitos. Schumpeter (1997, p.313) coloca que este momento é apresentado como:

> O arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realizam o bem comum fazendo o povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.

Para tanto, é preciso colocar que um governo democrático deve, segundo Dahl (1997, p.26),

> Continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais. Todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas: de formular suas preferências; de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva e; de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação do conteúdo ou da fonte da preferência.

Por outro lado, o capitalismo apresenta um sistema que prioriza a propriedade privada, baseada no lucro e na produção, sendo que o governo tem o poder econômico frente à sociedade, protegendo a capacidade produtiva dos que possuem a riqueza.

Parece que capitalismo e a democracia não caminham juntos, no entanto já afirma Schumpeter (1997, p.369) que “[...] a democracia moderna cresceu com o capitalismo e em conexão casual com ele”. Parece que, mesmo o capitalismo sendo o caminho para o crescimento econômico, o estado vem como ponte para definir as políticas econômicas necessárias ao mercado. Os dois caminhando juntos, democracia e capitalismo, tornam imperativo compreender esta relação e buscar a legitimidade como ponto imprescindível para nossa sociedade dar uma nova dimensão à democracia.

Historicamente, a segunda guerra mundial é um marco para o avanço do capitalismo e, neste contexto, o capitalismo em alta na economia, países aderindo ao sistema social democrático, tudo isso fez criar um momento tenso entre a democracia e capitalismo. Ellen Meiksins Wood aponta que, após a segunda guerra mundial, o “[...] capitalismo criou uma relação inteiramente nova entre poder político e econômico, o que torna impossível que a dominação de classe se mantenha coexistindo com os direitos políticos universais” (WOOD, 2006, p.396). A classe econômica burguesa estava em alta, mas precisava mudar sua inserção junto ao

povo. Para a classe econômica estar em crescimento, era necessário manter o povo em situações menos desfavorecidas economicamente.

A exploração das classes trabalhadoras acabaria se houvesse melhores condições de vida, contudo os mecanismos de exploração continuaram com classes organizadas (sindicalizadas) ou classes menos desorganizadas. Apenas se mostravam em condições diferentes. O capitalismo vem com uma nova roupagem, trazendo o individualismo em evidência, a busca pelo poder, pelo acúmulo dos bens. “O princípio fundamental da economia-mundo capitalista é a acumulação incessante de capital” (WALLERSTEIN, 2007, p.88).

Bobbio (2000b, p.162) coloca o que o poder comporta:

> Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem em relação àqueles que não os possuem: o poder do chefe de uma empresa deriva da possibilidade que a posse ou disponibilidade dos meios de produção lhe dá de obter a venda da força de trabalho em troca de um salário. Em geral qualquer um que possua abundância de bens é capaz de condicionar o comportamento de quem se encontra em condições de penúria.

Então, entre o capitalismo e a democracia, sempre há algo tensionado:

> Uma tensão permanente entre o mercado e o Estado. A democracia na esfera política exacerba essa tensão. O mercado é um mecanismo em que agentes individuais decidem alocações com os recursos que possuem recursos esses que são sempre desigualmente distribuídos. Na democracia, as pessoas, como cidadãos, podem expressar preferências quanto a alocação de recursos que elas não possuem, num contexto de maior igualdade. “Só por mágica os dois mecanismos podem levar a um mesmo resultado” (PZERORSKY, 1995, p. 07).

O capitalismo vem apontando para o poder da dominação de uma classe desprovida de condições econômicas, em que claramente capitalismo e democracia podem até estarem fazendo parte deste mesmo momento, mas não há como o povo, que clama por um sistema democrático mais participativo em busca de igualdade, estar inserido nesse sistema onde triunfa a desigualdade social. Wood (2006, p.396) salienta claramente em seu texto:

> Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida. O capitalismo é estruturalmente antiético em relação à democracia, em princípio, pela razão histórica mais óbvia: não existiu nunca uma sociedade capitalista na qual não tenha sido

> atribuído à riqueza um acesso privilegiado ao poder. Capitalismo e democracia são incompatíveis também, e principalmente, porque a existência do capitalismo depende da sujeição aos ditames da acumulação capitalista e às 'leis' do mercado das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução sociais mais elementares, e esta é uma condição irredutível. Isso significa que o capitalismo necessariamente situa cada vez mais esferas da vida cotidiana fora do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Isso quer dizer que a democratização deve ir na mão da "desmercantilização".

É importante deixar aqui registrado que, com os conceitos que circundam a democracia participativa e o capitalismo, estes não têm a mínima possibilidade de coexistir. Esta é uma afirmação de Schumpeter (1977, p.295) que destaca:

> O controle privado dos meios de produção está na base tanto da capacidade da classe capitalista de explorar o trabalho como de sua capacidade de impor os ditames de seu interesse de classe sobre a administração dos negócios políticos da comunidade; o poder político da classe capitalista aparece então como apenas uma forma particular de seu poder econômico. Infere-se daí que, por um lado não pode haver democracia enquanto esse poder existir.

Todo povo, organizado ou não, insiste em trazer em suas falas, discursos ou depoimentos de que os cidadãos devem participar politicamente das decisões da sociedade, contudo, ao se depararem com o sistema capitalista que rege o mundo, apresentam um discurso utópico para os interesses sociais a favor dos interesses econômicos.

> O poder social passou às mãos do capital, não só em razão de sua influência direta na política, mas também por sua incidência na fábrica, na distribuição do trabalho e dos recursos, assim como também via os ditames do mercado. Isto significa que a maioria das atividades da vida humana fica fora da esfera do poder democrático e da prestação de contas (WOOD, 2006, p.41).

Quando se afirma que democracia e capitalismo não podem coexistir, também se pode entender que esses dois sistemas podem transitar, nos mesmos espaços, desde que o sistema econômico seja preservado, ou seja, "[...] as pessoas ainda podem exercitar seus direitos como cidadãos, desde que isso não interfira de forma direta no âmbito econômico" (PZERORSKY, 1995, p.87). A sociedade comprova esta realidade através de direitos políticos de voto que ainda existem de fato, mas a situação econômica muda constantemente, ou seja,

> O povo pode ter direitos políticos, pode votar, e os governos podem ter interesses e concepções próprias [...] mas a capacidade efetiva de qualquer governo para atingir qualquer objetivo é circunscrita pelo poder público do capital (PZERORSKY, 1995, p.87).

Hoje o capitalismo se apresenta, em muitas ocasiões, com uma nova roupagem, tanto nos setores políticos, quanto nos econômicos e educacionais, trazendo novos conceitos para o que ainda se entende por democracia.

> É óbvio que a democracia nas sociedades capitalistas significa algo muito diferente do que foi originalmente - não simplesmente porque o significado da palavra mudou, mas sim porque também o fez o mapa social em sua totalidade. As relações sociais, a natureza do poder político e sua relação com o poder econômico, e a forma da propriedade mudaram. Agora é possível ter um novo tipo de democracia que está confinada a uma esfera puramente política e judicial – aquilo que alguns denominam democracia formal – sem destruir os alicerces do poder de classe. O poder social passou às mãos do capital, não só em razão de sua influência direta na política, mas também por sua incidência na fábrica, na distribuição do trabalho e dos recursos, assim como também via os ditames do mercado. Isto significa que a maioria das atividades da vida humana fica fora da esfera do poder democrático e da prestação de contas (WOOD, 2006, p. 401).

Sempre que se busca pela educação para um país desenvolvido e democrático, no sistema capitalista, a escola se incorpora ao poder econômico, onde os governantes ditam os novos paradigmas de escola. Rossi (1978, p.119) aponta em sua fala:

> A própria imagem-empresa ou escola-fábrica, corrente entre muitos planejadores da educação, impõe critérios empresariais à administração da escola, incluindo uma orientação economicista e pragmática. O culto à eficiência invade a organização escolar. A ideia de escola produtora de conhecimento e mão de obra qualificada leva a consideração sistêmica dos alunos como “input” (matéria prima) a ser moldada, instruída, de tal modo que, ao deixarem a escola como “produtos” (sistema escolar), teriam adquirido habilidades novas e maior capacitação para o trabalho. Além disso, a própria adoção de tais critérios “objetivos”, pragmáticos, permite elidir tudo o que não se considere “eficiente” ou “produtivo”. Como quem define o que sejam afinal tais conceitos são detentores do poder, qualquer dissidência, qualquer perspectiva crítica, enfim qualquer ação ou posição que colida com os interesses dos dominadores, pode ser afastada sob alegações tecnocratas de que não é “eficiente” ou “não é produtiva”.

A sociedade capitalista apresenta um controle claro sobre o cidadão e isto perpassa o espaço educacional, garantindo a continuidade do que se entende por regalia das estruturas econômicas e sociais em vigor no país. Há regras que o

próprio governo e sociedade impõem à escola, tornando-a uma continuidade e um aperfeiçoamento dos critérios de uma sociedade capitalista. A educação tem sido historicamente usada para o desenvolvimento econômico já vinculado pelos economistas, onde se está preparando os alunos para fazerem parte da força de trabalho do país.

A força capitalista entra no setor educacional como uma avalanche, derrubando barreiras e fazendo as pessoas acreditarem que estão em um estado democrático, onde a escola tem autonomia em todas suas áreas.

> É nesse sentido que são usadas as expressões “mudanças” e “inovação” em educação. Muda-se uma técnica didática ou introduz-se um novo recurso tecnológico e se acredita que está mudando e inovando a educação. O nível superficial e formal dessa mudança torna-se claro quando se verifica que as transformações dizem respeito, o mais das vezes, ao aperfeiçoamento ou à introdução de mais eficientes instrumentos de inculcação dos mesmos valores dominantes na sociedade vigente, reforçando o controle sobre a educação, para que esta melhor desempenhe suas funções de reprodutora das mesmas relações sociais (ROSSI, 1978, p. 135).

Portanto, tanto no governo, quanto na escola, através dos Conselhos Escolares, pertinentes aos espaços ocupados não há efetivamente democracia direta, sendo importante colocar com Bobbio (2000a, p.57) que“[...] nem toda crítica à democracia representativa leva diretamente à democracia direta”. A sociedade está representada, o que não significa autonomia frente às decisões acerca de assuntos.

A partir desta revisão, fica claro que, em qualquer área (econômica, social, política ou educacional), há uma vinculação aos objetivos do capitalismo, ou seja, à busca do lucro, da produção e da competitividade. É importante colocar que o capitalismo e a democracia caminham juntos neste país e isso se faz até de maneira tranquila, desde que o setor econômico não seja atingido ou questionado e que o estado democrático aconteça de maneira limitada em todos os setores.

Considerando a relação entre o modelo de democracia que se tem na sociedade capitalista, questiona-se se o conselho escolar, efetivamente, poderá se constituir como um órgão democrático na instituição escolar.

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o assumir esse país democraticamente
(Paulo Freire).

Este capítulo tem por objetivo identificar a função e a organização do conselho escolar como mecanismo de gestão democrática no desenvolvimento do processo educacional, visando à qualidade do ensino. Além disso busca analisar a função e a organização do conselho escolar como órgão norteador da gestão democrática, a partir da literatura da área.

O conselho escolar, integrado pela comunidade, tem por fim a gestão da escola em termos administrativo-pedagógicos e financeiros, com vistas à qualidade do ensino.

Nesse processo, os gestores desenvolvem um papel vital de modo a articular um processo democrático, em busca de uma perspectiva onde a equipe gestora, os professores e a comunidade sejam mais bem qualificados para a função e conscientes da importância do papel que assumem no processo de democratização da gestão escolar. Este é um grande desafio, considerando as limitações da democracia participativa no capitalismo.

Dessa forma, com amplo e sólido conhecimento, humanizando as relações a partir de um trabalho colaborativo, a comunidade escolar, através de seus representantes, poderá ser uma facilitadora da instalação do processo democrático, o qual se inicia no seio familiar, mas que é moldado dentro dos parâmetros da escola formal. Portanto, estimular a participação é fundamental para que ocorra um diálogo justo e eficaz, visando à interação da comunidade com vistas à qualidade do ensino. Ou seja, todos têm o mesmo objetivo: escolas de qualidade, menos evasão escolar, maior bem-estar social local, tudo isso influenciado por uma boa gestão democrática escolar, seja com bons dirigentes da escola, seja com seus professores e, em especial, comum conselho escolar que se constitua como o mais significativo órgão de gestão da escola.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares [2] do Ministério da Educação (MEC), em 2004, destaca o Projeto Político-Pedagógico (PPP), considerando que este define a identidade da escola, devendo sua elaboração ser coletiva, partindo do diagnóstico da escola em seus aspectos administrativo-pedagógicos e financeiros. Neste panorama, o PPP não pode e nem deve ser estruturado por especialistas alheios à escola, mas pautado por discussões que envolvam as rotinas das instituições de ensino e seus integrantes. Estes irão trabalhar na busca de soluções para os problemas e dificuldades da escola, onde todos se sintam responsáveis pela caminhada e execução do discutido. Daí a importância do conselho escolar na comunidade escolar, o qualvai estar à frente neste processo e, nesse sentido, sero órgão mais representativo da gestão democrática na escola.

Numa escola democrática e participativa, é necessário que a comunidade escolar desenvolva mecanismos de avaliação da proposta curricular e diretrizes da escola, buscando, assim, a implementação real do “Projeto Político-Pedagógico”, sendo um processo de cooperação mútua, onde todos possam realmente participar e reivindicar um sistema de educação mais eficaz. Esta participação efetiva se dá com o conselho escolar como parte integrante do sistema educacional.

Sabe-se que são inegáveis os avanços no que tange ao processo de democratização da gestão educacional, visando à disseminação das práticas de educação para todos. Mas é preciso que a população, através de grupos organizados pelos segmentos integrantes do conselho escolar, cada vez mais se torne parteda comunidade escolar, processo esse possível de ser realizado pela via da eleição direta dos gestores e dos representantes dos Conselhos Escolares, os quais devem desenvolver suas atribuições pela via da confiança e da cooperação. Segundo Paro (2000, p.78),

> Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como ‘titulares de direito’, mas também como ‘criadores de novos direitos’, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata.

[2] Programa criado pelo MEC, para formação dos gestores e conselheiros escolares (MEC, 2004.) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares >. Acesso em: 20 out. 2017.

Isso implica a importância da compreensão crítica do processo democrático no sistema capitalista e da formação da comunidade escolar paraa participação de todos, no sentido de consolidar uma democracia participativa. Para tanto, faz-se necessária a implementação de práticas avaliativas da gestão escolar, de modo que seja assim criada alternativa de descentralização da gestão, de maneira que o conselho escolar consolide sua efetiva atuação.

> [...] a democratização implica, portanto, compreendermos a cultura da escola e dos seus processos, bem como articulá-los com as relações sociais mais amplas. A compreensão dos processos culturais na escola envolve diretamente os diferentes segmentos das comunidades local e escolar, seus valores, atitudes e comportamentos. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivências democráticas, a serem efetivadas no cotidiano, em busca da construção do projeto coletivo (BRASIL, 2004a, p. 26).

Afirma-se, pautado nas ideias acima mencionadas, que quanto mais houver sistemas organizados de participação dos cidadãos nas questões tangentes ao sistema político, especificamente na gestão escolar, mais haverá a probabilidade de que a democracia participativa realmente aconteça. Essa afirmação se dá em razão de que, num ambiente político-social participativo, os cidadãos irão reivindicar um sistema político menos burocrático e com objetivos mais efetivos de melhoria no que se refere à educação, à saúde, à segurança, à moradia, à educação e ao lazer.

Aqui, a política é entendida como a arte de governar e conquistar consensos. Nesse sentido, as políticas públicas para a educação referem-se aos consensos obtidos em relação à área educacional. Pensar a política pública para a educação envolve planejamento, já que ações eventuais e desarticuladas não resultam na resolução dos problemas. No processo de elaboração do planejamento, são estabelecidos objetivos e metas e selecionadas ações que contemplam as prioridades eleitas. Juntamente com a seleção das ações é, ainda, necessário dividir tarefas, atribuir responsabilidades, prever recursos e organizar um cronograma de atividades. Importante lembrar, ainda, que o ciclo de uma política educacional

envolve, pelo menos, quatro fases, de acordo com o material disponível do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação[3]:

> - Fase 1 - Organização da agenda política: nesta fase, o diagnóstico dos problemas educacionais pode contribuir para orientar as escolhas políticas, no estabelecimento de metas e na tomada de decisões estratégicas com mais segurança.
> - Fase 2 - Formulação de objetivos, diretrizes e metas: na elaboração do plano, as metas, prioridades e efeitos esperados da política devem se adequar aos problemas detectados ainda antes de sua implementação.
> - Fase 3 - Implementação: nesta fase, é fundamental realizar o acompanhamento das ações previstas, de maneira a aperfeiçoar gradualmente a implementação, mediante ciclos curtos, constantes e sucessivos de retroalimentação.
> - Fase 4 - Avaliação dos resultados e impactos: uma vez implementada a política, seus resultados e impactos devem ser avaliados no sentido de se obter instrumentos para a tomada de novas decisões e/ou de prestar contas das ações desenvolvidas (BRASIL, MEC, 2014).

Todo esse processo precisa levar em conta os três princípios norteadores da política pública para a educação no Brasil, firmados a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei 9.394/96). São eles: a gestão democrática, a universalização do acesso e da permanência e a qualidade social da educação pela via do conselho escolar, o que significa a participação da comunidade nas decisões da escola (BRASIL,1988; BRASIL 1996).

A gestão democrática traz pontos importantes para sua efetivação, que são transparência da aplicação das verbas públicas, o compartilhamento de todas as informações com clareza e a preocupação constante com a qualidade pedagógica apresentada e compartilhada com os alunos das instituições de ensino.

O conselho escolar é um órgão que tem como objetivo proporcionar a democratização dos espaços escolares, portanto quanto mais presente na rotina da escola, mais se tem um maior mecanismo de fortalecimento desse conselho, onde ele se torna mais atuante nas decisões que fazem parte da escola. A participação efetiva do conselho na construção ou reconstrução do Projeto político-pedagógico, por exemplo, faz com que se fortaleça o papel efetivo dele, dando ênfase à gestão democrática.

---

[3] PRADIME. **Planejamento da Educação Municipal**. Disponível em: <http://pradimead.mec.gov.br/ufg/file.php/1/pradime/modulo2/mod02_contexto.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

O projeto político-pedagógico vem consolidar esse processo de gestão democrática e se constitui não apenas pelo agrupamento de planos e atividades diversas. Esta ferramenta deve ser construída e vivenciada, tornando-se um dos parâmetros no processo democrático da gestão educacional da escola. O “Projeto Político-pedagógico” é construído coletivamente pela via da cooperação entre os diversos agentes educacionais, contando com as participações dos pais, da comunidade escolar e externa e com os grêmios estudantis e o conselho escolar. O “Projeto Político-pedagógico” é o princípio para uma gestão escolar democrática, que irá se desenvolver a partir da realidade em que a escola está inserida, para abrir caminhos a uma construção contínua de uma educação de qualidade, considerando sempre a realidade social que permeia a realidade da escola e também no cumprimento deste na rotina da instituição, onde o conselho escolar se faz presente.

A própria LDB já dispõe no Art.14:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> **I** - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
> **II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

As ações planejadas no Projeto Político-pedagógico norteiam desde a prática educativa dentro da sala de aula até as ações fora dela, no envolvimento com a comunidade através da atuação forte dos conselhos escolares e está sempre fundamentado em teorias que comprovem a possibilidade das ações planejadas. Isso reforça a ideia de que o Projeto Político-pedagógico não é um documento estático, devendo ser visto e revisto, sempre levando em consideração a realidade em que a escola está inserida, ou seja, é fundamental um diagnóstico constante através de acompanhamento e de avaliação periódicos. O Projeto Político-pedagógico é entendido como um projeto interdisciplinar, visando um melhor trabalho pedagógico e, consequentemente, contribuindo com a melhoria das ações da escola. Na visão de Bordignon (1993, p.73), a escola democrática,

> [...] precisa ser concebida, não mais como organização burocrática, mas como instância de articulação de projetos pedagógicos partilhados pela direção, professores, alunos e comunidade. Na escola, assim concebida, não há lugar para burocratas, nem súditos. Nela, todos os envolvidos são

> cidadãos, atores participantes de um processo coletivo de fazer educação. Educação que se constrói a partir de suas organizações e processos, a cidadania e a democracia.

A prática da escola necessita ser construída pelo coletivo dos educadores, no processo de planejamento, cruzando com muitas metodologias.

> Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 57).

As metas da instituição, a partir da participação de sua comunidade, juntamente com a participação efetiva do conselho escolar, identificam o planejamento e as intenções a serem realizadas. Lança-se, portanto, para diante, baseando-se no que já existe, procurando o possível. É prever um futuro diferente do presente. Nessa ótica, o PPP não deve ser elaborado e arquivado como prova de realização de tarefas burocráticas e sim estabelecido e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos com o processo educativo. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p. 93).

O projeto procura uma orientação, uma administração. É um ato que tem um propósito, com um significado visível, com um empenho determinado coletivamente. Dessa maneira, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intensamente ligado ao compromisso político, é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão e pedagógico no sentido de decidir as ações educativas e as características necessárias às escolas de exercerem suas finalidades e intenções.

> As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio ‘chão da escola’, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola (FREITAS, 1991, p. 23 apud VEIGA, 1995, p.15).

Nessa perspectiva, a luta da escola através de sua comunidade escolar, organizada através de seus conselhos escolares, insere-se no processo de

descentralização político-administrativo na procura de sua autonomia e de sua qualidade. O projeto da escola não tende unicamente a uma nova forma da escola, mas a uma qualidade em todo o processo para, através do mesmo, exercer e aplicar todo o desenvolvimento do trabalho coletivo realizado junto aos integrantes que representam a comunidade escolar e legitimado formalmente pelo conselho escolar. A organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. A escola, nessa perspectiva, é vista como uma instituição social, inserida na sociedade, que reflete, em seu interior, as determinações e contradições dessa sociedade.

A gestão democrática vem, então, consolidar um espaço público de direito, em que a igualdade é ponto primordial, onde possa haver espaço pedagógico, trabalho coletivo e qualidade de atendimento garantidos, possibilitando uma interação com a sociedade em geral, onde os educandos visualizem um caminho de sucesso e uma vida digna plena no exercício da cidadania. Nessa condição a escola precisa ter como metas os princípios da gestão democrática que vislumbrem o processo de aprendizagem e de participação ativa do espaço chamado de escola.

Faz-se necessário o compartilhamento das ideias, das decisões, das dúvidas, dos acertos e abusca constante pelo melhor caminho. Para isso, é imprescindível o envolvimento de todos os pares - alunos, professores, pais, funcionários, equipe gestora - num papel de protagonistas, onde se faz necessário um conselho escolar autônomo.

Ao falar ou até mesmo pensarem conselho escolar, abre-se o caminho para alcançar questões importantíssimas na construção ou reestruturação do Projeto Político-pedagógico. O conselho escolar traz, através de seus integrantes, a porta para questões básicas da gestão democrática. Este projeto não é um documento engessado, fechado ou pronto, mas um projeto que todos os autores e coautores vão poder executá-lo com a participação de todosos segmentos da comunidade escolar, portanto sempre deverá ser um processo democrático e totalmente participativo. “O eixo central do projeto político-pedagógico é ser um instrumento de luta contra a seletividade, a discriminação, a exclusão e o rebaixamento do ensino das camadas populares” (SAVIANI, 1983, p.38).

Pensar em Projeto para a comunidade escolar abre espaço para ações e reflexões sob o olhar da gestão democrática. O conselho escolar vem clarear esses espaços de construção, trazendo a efetiva participação de todos os envolvidos

nesse processo de construção. Esta abertura da escola e de seus órgãos gestores demonstra um caminho de espaços articulados, onde práticas democráticas serão protagonistas deste tempo.

Assim sendo, o tema gestão democrática, nos espaços escolares, constantemente exige a necessidade de avaliaçãodas especificidades do ambiente escolar, das pessoas, das relações, dos papeis de cada um, onde se abrirá a participação dos conselhos escolares para busca da efetivação dos projetos importantes a cada um. Todos esses pontos levam de fato a participação de todos e fica claro que se faz necessário aprender também a ser democrático.

Deve se encaminhar para uma real efetivação da democratização participativa da escola, em quese faz importante a qualidade dos gestores da mesma, do desejo de gestar em uma posição descentralizadora, capaz de ultrapassar o “eu” e buscar o “nós” coletivo.

O conselho escolar é um órgão representativo de discussões e deliberações pertinentes ao ambiente escolare, por ser heterogêneo na sua representatividade (pais, alunos, professores e funcionários), ele é um órgão de conflitos. Este conselho vai assegurar a garantia da implementação de uma proposta pedagógica que vise à construção de um conhecimento eficiente e eficaz na busca da cidadania.

Todo esse espaço de direito democrático não se faz simplesmente da noite para o dia, deve ser buscado com trabalho árduo, persistente e eficiente, com discussões nos espaços da comunidade, com formações permanentes, levando a comunidade escolar a ser a protagonista das decisões. Fica claro que este processo de gestão democrática não é resultado de normas ou decretos, mas de concepçõesdo coletivo escolar. Cabe a todos entenderem que o espaço escolar tem suas contradições e semelhanças e tudo isto vai proporcionar conhecer os limites da instituição e de cada um, consolidando a democracia a ser construída, na qualcada cidadão da comunidade vai se apropriar de seus deveres e direitos.

Historicamente e na prática das rotinas escolares se comprova que, quando acontece a participação da comunidade, a escola tem sucesso em sua trajetória, contudo ainda existem muitos obstáculos a serem ultrapassados, para que se efetive a gestão democrática através dos conselhos escolares.

Para tanto, entram em ação os gestores da escola como articuladores de um processo coletivo, de modo a envolver toda sua comunidade escolar nas decisões administrativo-pedagógicas e financeiras da instituição. É uma conquista, tarefa esta

nem sempre fácil, pois exige um trabalho com objetivos claros e estratégias para a sua concretização, envolvendo todos os segmentos que fazem parte da instituição de ensino, como afirma Paro (2004, p.16) “[...] a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para se concretizar".

É necessário sempre estar em busca de um objetivo maior que é a qualidade em educação. Ressalta-se que os conselhos escolares continuam ainda sendo o melhor espaço de se viabilizar a gestão democrática, de modo a exercitar a construção dos valores importantes que permeiam o ser humano, como ética, gratidão, solidariedade, criticidade, diferentes opiniões, entre outros.

Constantemente nos referimos aos desafios da gestão democrática, que seria o trabalho em equipe, diferente do trabalho em grupo. Equipe transformando espaços, onde se divide, se constrói, se soma junto às atividades, com vistas ao sucesso.

Nesse processo, é imprescindível a participação da comunidade, interna e externa à escola, pois, mesmo com dificuldades e limitações, quando a comunidade participa das atividades da escola,esta deve estar atenta, a fim de que aparticipação seja efetivamente voltada para a melhoria da qualidade da educação. Caso contrário, poderão se abrir outros espaços, tais como interesses, às vezes partidários, ou pessoais.

É oportuno o preparo dos gestores para agirem com clareza na administração de conflitos que possam surgir, considerando que, na maioria das vezes, quando os espaços escolares se propõem para a gestão democrática, pode haver divergências de ideias quanto à administração das rotinas escolares, tendo em vista as diferenças de posicionamentos e até de credos.

> Esse fenômeno mostra-se particularmente sério quando atentamos para o comportamento de pessoas que, de uma forma ou de outra, se convenceram, um dia, da importância da democracia, mas, ao depararem com as dificuldades da prática, foram adotando paulatinamente atitudes cada vez mais distantes do discurso democrático, acomodando-se a elas, mas sem renunciar ao antigo discurso liberal, que acaba servindo tão somente como uma espécie de escudo a evitar que revejam criticamente seu comportamento (PARO, 2004, p. 18).

Quando se fala, pensa ou age, buscando um espaço democrático nas instituições de ensino, não se perde o foco da educação. É necessário que todos

estejam envolvidos na rotina da escola, na construção dos objetivos e metas e, principalmente, em como agir para atingir, com sucesso, as propostas e as próprias decisões do conselho escolar. Isso é sinal de comprometimento de todos embusca do sucesso das ações.

É imperativo destacar que muitos foram os movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980 em busca de espaços democráticos ligados às políticas públicas**.** Essa necessidade trouxe uma demanda de criações de conselhos em todas as áreas governamentais, tendo como principal objetivo articular a sociedade para efetivar ações democráticas, na perspectiva da democracia participativa.

Os conselhos escolares surgem como órgãos que possuem representantes de toda comunidade escolar. Todos os integrantes têm como função transitar nos espaços escolares, deliberando sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas, visando o cumprimento das metas estabelecidas.

Cabe ressaltar que o conselho escolar vem como agregador da gestão escolar, tendo o papel claro de contribuir para que a função principal da escola, que é educar, seja plena de sucesso. Onde acontece a construção de um espaço democrático, inclusivo e participativo, o conselho escolar torna-se um espaço de discussão e reflexão, buscando sempre a melhor opção para gerir as dificuldades surgidas no dia a dia escolar, buscando caminhos junto à comunidade, considerando que é um órgão atuante na construção no Projeto Político-pedagógico da escola por ser o porta voz de uma comunidade.

> Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfretamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira (BRASIL, 2004a, p. 37).

De acordo com os cadernos do MEC sobre os conselhos escolares (BRASIL, 2004b), estes têm as seguintes características:

> a) Formação plural: permite a participação de pessoas de qualquer crença religiosa, etnia, filiação partidária, convicção filosófica, contando, assim, com a representação dos vários atores que constituem a sociedade brasileira;
> b) Natureza deliberativa: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

> c) Natureza consultiva: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
> d) Função fiscalizadora: quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
> e) Função mobilizadora: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.
> f) Representação do Estado e da sociedade civil: os conselhos devem ser compostos por conselheiros, representantes do Estado e da sociedade civil (BRASIL, 2004b, p.39).

As comunidades escolares e seus Conselhos Escolares (CE) necessitam percorrer uma trajetória de estudos e de discussões na intenção de reformular um referencial que atenda a todas as necessidades dos alunos e a identificação da linha de trabalho da escola, levando em conta seu objetivo e sua filosofia.

Este espaço de construção leva à democratização de ideias, de conquistas, de busca pelo melhor caminho. O conselho escolar transpassa as portas da escola, sendo órgão de grande relevância na construção de um espaço aberto a todos voltados à melhoria da educação. Sendo assim, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – PNFCE - coloca que: “[...] O conselho escolar constitui a própria expressão da escola, como instrumento de tomada de decisão” (BRASIL, 2004c, p.35).

É importante destacar que o PNFCE vem com a missão de estimular, de fomentar o fortalecimento e a implementação dos CE nas escolas públicas de todo território nacional. Os cadernos do referido programa veem com a intenção de qualificar os gestores, dando subsídios para eles trazerem um real significado ao processo democrático nas instituições de ensino.

O PNFCE tem colaboradores que participam com grupo de trabalho que colabora nas ferramentas de implementação, que são:

- o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED);
- a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME);
- a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF);
- a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);

- o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Neste processo, o trabalho de todos tem o intuito de realmente implementar o CE nas escolas públicas. O material criado e disponibilizado pelo MEC veio facilitar a inserção dos conselheiros e dos gestores neste novo caminho da gestão democrática.

A seguir, estão explicitadosos referidos cadernos que buscam um novo rumo ao processo democratizador junto aos CE.

Figura 4 - Cadernos oferecidos pelo MEC para formação dos conselheiros escolares

Fonte: Google Imagens.

O primeiro caderno denomina-se "*Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática na Educação Pública*" e é destinado aos dirigentes municipais:

> Conselho e escola não são entidades distintas, mas integram uma única institucionalidade. Assim o conselho escolar não atua completamente, nem é superestrutura, dotado de personalidade jurídica independente, mas se insere na institucionalidade e na própria estrutura de poder da escola. O

> poder de decisão, situado na estrutura institucional, constitui o âmago do próprio princípio da autonomia da escola, consagrado no art. 15 da LDB, e condição essencial da gestão democrática (BRASIL, 2004c, p.56).

O primeiro caderno não chegou a ser numerado como os demais. O mesmo contempla a história e a legislação, através de uma reflexão dos pontos importantes para democratização na escola pública.

É preciso pensar que realizamos coisas por simplesmente repetição, o velho que teima em se transformar em novo. A caminhada exige desprendimento de poder. É deixar o comando de uma pessoa somente (diretor) para gestar com várias mãos. Nesse sentido, como já colocava Paro (2000, p.09) para a concretização da gestão democrática "[...] é bom lembrar que se diga que esse ousado objetivo pareça uma utopia, convém lembrar que, embora signifique um lugar que não existe, não significa que não possa vir a existir".

A seguir, os cincos cadernos numerados e destinados para formação dos conselheiros.

Caderno 1, intitulado "Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania", traz a realidade do programa, a legislação, com seus objetivos referentes aos CE. Destaca abaixo este novo cenário:

> Essa é nossa aposta, em um novo cenário atual nunca antes vivido, o que aumenta as possibilidades reais de aprofundamento e ampliação dos compromissos com a maioria da população brasileira. Este programa especifico, interligado com outras políticas, constitui um alicerce para a conscientização e socialização da visão emancipadora de mundo (BRASIL, 2004b, p 31).

O trecho sinaliza para um momento de criar história e mostrar o caminho da emancipação. Esse resultado vem ao encontro dos anseios da população brasileira.

Caderno 2, intitulado "Conselho Escolar e Aprendizagem na Escola", traz subsídios para atuar como instrumento de gestão democrática.

> Ocorre que o conselho escolar possui uma característica própria que lhe dá dimensão fundamental: ele se constitui uma forma colegiada de gestão democrática. Assim a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construírem uma educação de qualidade e socialmente relevante (BRASIL, 2004d, p.20).

Ou seja, “gestar” de maneira colegiada, investindo em uma nova face da gestão escolar. É preciso que toda comunidade escolar se insira no projeto de uma educação pública e de qualidade.

Caderno 3, denominado “*Conselho Escolar e o respeito a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade*”, apresenta subsídios para que o CE zele pelo tempo pedagógico da escola.

> O conselho escolar é o espaço que todos os segmentos da comunidade escolar e da comunidade local têm para discutir e encaminhar ações que assegurem as condições necessárias à aprendizagem na escola, para que as crianças, adolescentes e jovens possam ser cidadãos que participem plenamente da vida social (BRASIL, 2004e, p.15).

No caderno três o CE abre espaço para todos participarem de forma ampla e direta, tanto nas questões financeiras, quanto nas administrativas e nas pedagógicas. O aluno é o centro para a busca efetiva da participação social.

Caderno 4, “*Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico*”, apresenta subsídios para o conselho escolar se imbuir no acompanhamento do tempo pedagógico.

> Em virtude das condições econômicas e sociais desfavoráveis, marca histórica da sociedade brasileira, é bem possível que um grande contingente de crianças e adolescentes venha requerer uma ampliação do tempo pedagógico para alcançar o padrão de desempenho escolar desejável. Tal possibilidade é direito que elas têm. Cabe à escola se organizar para garanti-lo. E ao conselho escolar, acompanha e verifica os resultados desses procedimentos pedagógicos (BRASIL, 2004f, p.29).

Fica claro que o CE tem que estar atento aos aspectos pedagógicos e, principalmente, ao tempo do pedagógico. Faz-se necessário atuar em todas as frentes e ser perceptivos às necessidades sociais dos alunos.

No Caderno 5, “C*onselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor*”, constam os desafios da gestão democrática no processo de escolha de diretor.

> As eleições diretas para diretores, historicamente, têm sido uma das modalidades tidas como das mais democráticas formas, apesar de se constituírem também uma grande polêmica. A defesa dessa modalidade vincula-se à crença de que o processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da escola pela própria escola (BRASIL, 2004a, p.39).

Frente ao processo de eleição de diretores e à autonomia da escola, questiona-se se o mesmo representa a democratização da gestão. A princípio esta eleição deu autonomia aos gestores, pautados em sua comunidade.

Na perspectiva da gestão democrática, este capitulo verificou a posição assumida pelos conselheiros em diferentes espaços escolares, tendo como base a Legislação Municipal e Estadual sobre o papel do conselho escolar no processo de democratização da gestão escolar e na formação destes conselheiros, cabendo as instituições escolares estarem proporcionando um espaço de conhecimento e entendimento do papel da gestão democrática efetiva .

5 A LEI EM QUESTÃO: LEIS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA

Este capítulo analisa a legislação estadual e municipal sobre a democratização das escolas públicas, tendo o conselho escolar como foco. Desse modo, apresenta as leis de Gestão Democrática do estado Rio Grande do Sul (Lei nº13.990/2012) e do município de Santa Maria (Lei nº4.740/ 2003), no que se refere especificamente aos conselhos escolares, estabelecendo um comparativo entre as mesmas.

De acordo com a Lei nº 13. 990 de 2012, os conselhos escolares são entes sem fins lucrativos e devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e se constituirão as Unidades Executoras das escolas da rede pública do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o Art. 40, os conselhos deverão ser constituídos pela direção das escolas e pelos representantes eleitos dos segmentos da comunidade escolar, tais como pais, professores, alunos e funcionários (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Nesta perspectiva, o artigo 41 define as funções do conselho escolar:

> Art. 41. Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria da Educação, terão funções consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

A legislação do município de Santa Maria não contempla a função executora, tal como está proposto no Art. 24 da Lei nº 4.740, de 24 de dezembro de 2003: “Os Conselhos Escolares terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora” (SANTA MARIA, 2003).

É importante salientar que, apesar da legislação que dá suporte para a constituição e o funcionamento dos conselhos escolares na rede de ensino estadual do Rio Grande do Sul, cada instituição escolar deverá elaborar seu próprio regimento, o que é prescrito, também, no Art. 25 da Lei nº 4.740 de 2003 do município de Santa Maria (SANTA MARIA, 2003).

Dentre as demais atribuições, são comuns às duas leis (Estadual e Municipal):

- criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político-administrativo-pedagógico e plano de ação da escola;
- aprovar o plano de aplicação financeira da escola, bem como apreciar a prestação de contas do Diretor;
- divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso de recursos financeiros, qualidade dos serviços e resultados obtidos;
- convocar as sembleias-gerais dos segmentos da comunidade escolar
- encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para fins de destituição do Diretor da Escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente.
- analisar e apreciar as questões de interesse da escola a ele encaminhadas em relação à(ao): calendário escolar; regimento escolar; Plano da Escola; fiscalização da gestão administrativo-pedagógica e financeira da Escola.

Quanto à composição dos conselhos escolares, o que diferencia a legislação do estado da legislação do município é o número de participantes, pois enquanto para o estado (Art. 44) o número máximo não pode exceder a 21 membros (RIO GRANDE DO SUL, 2012), para o município (Art. 26) não pode ultrapassar a 17 integrantes em sua composição (SANTA MARIA, 2003). O que é comum nas duas instâncias administrativas é o número mínimo de representantes, não podendo ser inferior a 5 conselheiros. Nos dois casos, o total de conselheiros equivale ao número ímpar. A direção da escola integrará o conselho escolar como membro nato, tal como determina o Art. 45 na lei do estado (RIO GRANDE DO SUL, 2012) e o Art. 27 na lei municipal (SANTA MARIA, 2003).Também cabe retratar:

> Art. 45 - A Direção da escola integrará o conselho escolar, representada pelo Diretor, como membro nato e, em seu impedimento, por um de seus Vice-Diretores, por ele indicado (RIO GRANDE DO SUL, 2012).
>
> Art. 27 - A Direção da escola integrará o conselho escolar, representada pelo Diretor, como membro nato, e, em seu impedimento, pelo vice-diretor e, na falta deste, por um membro do magistério por ele indicado (SANTA MARIA, 2003).

Em ambas as leis é vedada a participação do diretor nas reuniões do conselho escolar, quando a pauta tratar de assunto relativo a atos da Direção da Escola, exclusivamente.

Nas duas leis em pauta a composição do conselho escolar deverá ser de 50% (cinquenta por cento) para pais e alunos e 50% (cinquenta por cento) para membros do Magistério e servidores. Terão direito a votar os alunos regularmente matriculados na escola, a partir da 4ª série ou maiores de 12 (doze) anos; os pais ou os responsáveis pelo aluno na escola, referente aos alunos menores de 18 (dezoito) anos;

Os membros do conselho escolar, tanto na lei do estado, como na do município, deverão ser eleitos de maneira uninominal por votação direta e secreta.

Quanto ao mandato do presidente do conselho escolar no estado, de acordo com o Art. 59, este será de três anos (RIO GRANDE DO SUL,2012) e, no município, de acordo com o Art. 42, de dois anos(SANTA MARIA, 2003).

De acordo com o Art. 60 (RIO GRANDE DO SUL, 2012) e Art. 43 (SANTA MARIA, 2003): o conselho escolar deverá reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário.

Destaca-se que, na legislação em pauta, no Art. 45, § 1º (SANTA MARIA, 2003):

> O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também, implicará vacância da função de Conselheiro.

Após a apresentação da Lei 13.990/12 do estado, que trata da organização e funcionamento dos conselhos escolares em estabelecimentos da Rede Pública Estadual, e da Lei 4.740/03 da Gestão Democrática do Município de Santa Maria, no que se refere aos conselhos escolares, verificam-se grandes semelhanças no que compete à sua organização e ao seu funcionamento.

A Lei de Gestão Democrática começou a ser tratada na esfera política no Brasil, trazendo para os espaços escolares novas discussões, abrindo um leque de situações que ampliaram a participação da comunidade escolar na gestão das instituições de ensino.

Apresentando como ponto principal a autonomia dos CEs no processo de gestão da escola, os mesmos têm autonomia para criar seu próprio regimento, sendo um órgão autônomo, podendo transitar entres espaços escolares.

Ao analisar a legislação, vê-se a necessidade efetiva de integração entre o conselho escolar e a comunidade ali representada, de modo que a democracia participativa supere a representativa. Ao ser implementada uma lei de Gestão democrática no estado e no município, esta propõe um novo tipo de gestão por sua característica descentralizadora, garantindo a autonomia das instituições no seu processo de gestão.

Neste particular, a importância da Lei de gestão gemocrática se constitui, mesmo que por representação da comunidade, um dos mais significativos instrumentos para que se efetive a democracia na escola.

6 O CONSELHO ESCOLAR NA REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DE SANTA MARIA: CAMPO DE PESQUISA EM ANÁLISE

O objetivo deste capítulo é apresentar as escolas da rede municipal e estadual de Santa Maria que foram foco desta pesquisa. Sendo assim, foram selecionadas quatro escolas como campo de pesquisa: uma da rede estadual – Escola C -, duas da rede municipal – Escolas A – e uma para a intervenção, sendo esta a Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança. Inicialmente este relato se dá com a expectativa da acolhida da pesquisadora nas escolas.

Neste espaço está apresentada a caminhada de como foi ter acesso a este universo de pesquisa. A intenção era participar das reuniões do CE em cada escola e, nesta ocasião, aplicar os questionários.

Quando pensei nas escolas, acreditei que seria tranquila a minha inserção nas mesmas, contudo o vivenciado foi muito diferente de minha expectativa como pesquisadora. E foi muito frustrante em todas as escolas realizar a pesquisa sobre CE, pois as dificuldades foram uma realidade, onde a temática trazia desconforto aos pesquisados. Quando iniciei os agendamentos, tudo foi tranquilo, fui muito bem acolhida pelas direções, afinal estas entenderam que trata-se de uma colega.

Inicialmente, refiro-me às escolas do estado. Foram visitadas 4 escolas que aqui denomino como escolas “1”, “2”, “3” e “4”, no intuito de realizar a pesquisa, aplicando um questionário aos integrantes do CE. As escolas “1, 2, 3 e 4”, todas do estado, receberam os questionários, mas, nas conversas com as direções, percebi que ficaram desconfortáveis com o tema. Apesar disso, comprometeram-se em participar. Passara-se um mês de tentativas no intuito de ter retorno dos questionários, quando as escolas 1 e 2 informaram, através de seus secretários, que não tiveram tempo para respondê-los e se desculparam pelo transtorno, indicando que não participariam da pesquisa.

A escola 4, da mesma maneira, apresentou dificuldade para meu acesso aos questionários, no entanto a diferença foi que a diretora da referida escola agendou comigo. Quando recebida por ela, esta me informou que não participaria da pesquisa, pois a escola passava por um momento muito delicado junto à CREAS[4]. A justificativa era que todos os membros do conselho escolar pertenciam à modalidade EJA, modalidade esta que tinha sido encerrada pela CREAS.

[4]CREAS - Coordenadoria Regional de Educação e Ação Social.

Baseada nisso, ao mesmo tempo em que senti a dificuldade de realizar a pesquisa nessas escolas do estado, também senti que os gestores tinham dificuldades em tratar do tema da pesquisa.

Na escola “3” fui muito bem acolhida pela direção. Nesta escola foram distribuídos 10 questionários e, em três dias, foram devolvidos apenas 5, juntamente com o histórico escolar, mesmo que desatualizado. Quanto ao PPP da escola e às atas de reuniões, a direção informou que são documentos de uso restrito da escola e que não estariam à disposição para conhecimento da mestranda (informação da direção via secretário da escola).

Paralelamente à inserção nas escolas do estado, iniciei a pesquisa nas escolas do município. Foram visitadas cinco escolas da rede municipal: Escolas 7, 8, 9, 10 e 11.

A Escola “7” se prontificou a colaborar, contudo, após dois meses de tentativas frustradas para participar de reunião do CE, somente consegui falar com a diretora, para quem enviei os questionários a serem respondidos pelos membros do CE. No entanto a diretora remarcou três vezes o acesso ao CE, alegando que o CE gostaria de conversar com a mestranda para saber efetivamente o porquê da pesquisa. Como não houve encontro com o CE, não houve devolução dos questionários.

Na escola “8” a diretora foi muito clara em sua fala de não ter intenção de realizar uma gestão democrática em sua escola, pois entendia que o CE está ali “somente para ajudar se ela pedir”. Baseada nisso não me deu acesso à escola, não tendo interesse na pesquisa.

Escola “9”, na conversa inicial ficou acertado que eu participaria de uma reunião do CE, no entanto a referida reunião nunca foi agendada.

Nas escolas 11 e 12 a pesquisa realmente aconteceu e, por esta razão, foram denominadas escolas “A” e “B”. Apesar de não ter tido acesso às reuniões do CE, o que foi solicitado de documentação foi enviado via e-mail e *Whatsapp*[5]. Os questionários foram respondidos por parte dos conselheiros, não se tendo cem por cento dos questionários preenchidos.

Uma particularidade se deu na escola B, na qual o presidente e vice do CE levaram o questionário para apreciação de um advogado, pois entendiam que

[5] Comunicador Instantâneo disponível para *Smartphones*.

poderiam se comprometer com as respostas, sendo que os dois preferiram não participar da pesquisa, sob a orientação do advogado.

Este é um pequeno relato para o entendimento dos professores da banca, evidenciando que o assunto em questão causa desconforto junto às direções das escolas, bem como justifica as limitações para a realização da pesquisa.

Frente a isto, a pesquisa foi realizada somente em três escolas, ou seja, em duas escolas municipais denominadas de “A” e “B”, e uma escola do estado, denominada escola “C”.

Na continuidade, apresento as características de cada escola selecionada para participar da pesquisa e os dados referentes ao que foi possível constatar sobre CE nas escolas que efetivamente participaram, ou seja, escola “C” do estado e“A” e “B” do município.Todos os dados foram fornecidos pelas referidas escolas A, B e C via e-mail.

5.1 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “C”

Dados de identificação:

Atos Legais:

Decreto de Criação: 12658 de 28/01/1961

Portaria de regulamentação:00303 de 08/12/2000

Níveis e Modalidades de Ensino:

Do 1º ano ao 9º ano

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Número de alunos: 512

Número de membros do CE: 15

A referida escola não permitiu acesso a documentos como histórico, PPP e Regimento, somente fornecendo dados básicos, conforme citado acima.

5.2 ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “A”

Dados de identificação:

Atos Legais:

Decreto de Criação: sem acesso a informação

Autorização de Funcionamento: sem acesso a informação

Níveis e Modalidades de Ensino:

Berçário II, Maternal I,Maternal II,Pré nível A,Pré nível B

*Número de alunos:*178

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2013a), a EMEI “A” teve seu início em 14 de outubro de 1995. Seus primeiros alunos vieram transferidos da Creche Vitória, devido à mesma ter fechado suas portas. As crianças recebiam transporte escolar gratuito, a fim de se locomoverem até a escola. Ao iniciar o ano letivo de 1996, estas crianças retornaram a sua escola de origem e, a partir deste fato, matricularam-se na EMEI C alunos oriundos das vilas: São José, Nossa Senhora do Trabalho, Brasília, São João e Salgado Filho, localidades carentes da cidade. De 1995 a 1998, a escola atuou com uma (01) diretora, duas (02) funcionárias e sete (07) estagiárias, que atendiam a noventa (90) crianças de zero (0) a seis (06) anos assim distribuídas: Berçário I e II, Maternal I e II e Pré-Escola. De 1998 a 2001, a escola já contava com um quadro maior de pessoal, assim constituído: uma (01) diretora; uma (01) supervisora; quatro (04) professores, dez (10) estagiárias e quatro funcionárias, que atendiam a cento e dez (110) crianças.

A partir de 2001, a escola iniciou suas atividades. Seu quadro de pessoal sofreu alterações: de 2001 a 2002, contava com duas (02) supervisoras, cinco (05) professores, quatro (04) funcionárias e onze (11) estagiárias; em 2003, ocorreu mudança na supervisão; no número de estagiárias, passando ao total de doze (12) e o número de funcionárias reduziu para três (03). De 2004 a 2007, a supervisão é alterada novamente. A partir de 2005, houve redução no número de estagiárias com um total de dez (10), sendo que duas delas atuaram apenas quatro (04) horas diárias, e redução no número de funcionárias, passando a ser duas (02). Em 2008, contou com um universo de cento e trinta e seis (136) crianças, assim divididas: Berçários I e II, Maternal I e Pré-Escola Nível A em turno integral; e duas turmas de Pré-Escola Nível B, funcionando em turnos alternados: manhã e tarde. Atuaram na supervisão duas (02) professoras, seis (06) professores, duas (02) funcionárias e onze (11) estagiárias. Em 2010, atendeu a cento e setenta e cinco crianças (175), divididas em Berçários I e II, Maternal I e II, duas turmas de Pré-Escola Nível A e Pré-Escola Nível B, funcionando em turnos alternados: manhã e tarde. Na supervisão, duas professoras, onze (11) professores, duas (02) funcionárias e treze

(13) estagiários e a Diretora. Em 2011, a escola contava com cento e setenta e seis(176) crianças, distribuídas nas seguintes turmas: Berçários II, Maternal I e II, duas turmas de Pré-Escola Nível A e Pré-Escola Nível B, funcionando em turnos alternados: manhã e tarde. Atuaram na supervisão duas professoras, dez (10) professores, uma (01) funcionária terceirizada e treze (13) estagiários e a Diretora. Em 2012, atendeu cento e noventa e seis crianças (196) distribuídas nas seguintes turmas: uma turma de Berçário II e duas turmas de Maternal I em período integral; e duas turmas Maternal II, de Pré-Escola Nível A e Pré-Escola Nível B funcionando em turnos alternados: manhã e tarde. Na supervisão duas professoras, doze (12) professores, duas (02) funcionárias e treze (13) estagiários e a Diretora.

Atualmente o quadro de recursos humanos é composto por um diretor e uma coordenadora pedagógica (manhã e tarde), ainda, por doze (12) professores, duas (02) funcionárias da prefeitura, (02) de empresa terceirizada e treze (13) auxiliares.

No contexto atual, a EMEI “A” busca desenvolver um trabalho comprometido com o atendimento às necessidades da comunidade, de tal forma que recebe crianças com necessidades especiais, buscando proporcionar a inclusão que lhes é garantida por direito. Porém, a rede municipal não oferece profissionais da área para atuação na EMEI, mantendo apenas um sistema de apoio às dificuldades mais emergenciais. Não possui sala de recursos multifuncionais, nem tampouco estrutura física adequada em termos de acessibilidade para crianças com dificuldades de locomoção. O espaço físico necessita de reformas na parte elétrica e hidráulica, ampliação e construção de salas de aula, banheiros adequados à educação infantil, restauração da pracinha, do calçamento externo, toldo em frente à escola, bem como reconstrução do muro do prédio escolar.

Ficaram instituídos nas Escolas Públicas Municipais os conselhos escolares, constituídos pela direção da escola e pelos representantes dos segmentos da comunidade escolar (alunos, pais, membros do magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na escola), num total de 13 membros.

5.3 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “B”

Dados de identificação:

Atos Legais:

DECRETO DE CRIAÇÃO: Decreto nº 021/74, de 02 de abril de 1974.

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: O Decreto do Executivo Nº 052/79, de 06 de junho de 1979, oficializou o início do funcionamento da Escola em 20 de abril de 1968.

REORGANIZAÇÃO: Portaria SEC nº 55.655, de 02 de outubro de 1984.

Níveis E Modalidades De Ensino:

Anos Iniciais, da Pré-escola 1º ao 5º, no turno da manhã; Anos Finais, do 6º ao 9º, Pré-escola no turno da tarde; Educação de Jovens e Adultos, no turno da noite.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2013b), a Escola "B", em seus quarenta e três anos de história, tem procurado fazer jus à sua importância na Zona Oeste da cidade, contribuindo para formar inúmeros cidadãos pais, mães, profissionais atuantes nas áreas mais diversas, inclusive na educação, como comprovam os tantos estagiários e professores que retornam à escola para iniciar ou para exercer sua atividade profissional.

Os alunos são bastante afetivos, carinhosos e a escola tem acompanhado o processo de amadurecimento de grande parte deles, muitos atualmente pais de alunos. Pode-se perceber um percentual expressivo de alunos interessados, estudiosos, colaboradores e que, mesmo jovens, já têm sonhos e vislumbram perspectivas para o futuro. Observa-se em um grande número de alunos um potencial criativo muito rico e, quando solicitados, desenvolvem trabalhos surpreendentes.

Por outro lado, há alunos com problemas diversos, que trazem como consequência a desmotivação e ou por um processo de desvalorização da escola pública ou devido ao meio em que está inserida – comunidade carente, de baixa renda – são elevados os índices de desistência, transferências e repetência. Esses índices são absolutamente preocupantes e a escola tem buscado diagnosticar as situações mais críticas, a fim de tentar, ao menos, amenizar o problema. Os percentuais maiores concentram-se nos Anos Finais, caracterizados por alunos na fase da adolescência, oriundos de famílias que não dispõem de uma estrutura sólida e, muitas vezes, nem mesmo de um familiar que os acompanhe e exija uma postura responsável quanto aos estudos, à frequência e ao necessário empenho para obter aprovação. Também ocorrem situações em que são feitos encaminhamentos a especialistas, mas os pais não têm como arcar com os custos nem mesmo das passagens de ônibus para buscar o atendimento.

A escola também não dispõe de recursos humanos e de instalações suficientes para oferecer outras opções a todos os alunos com dificuldades, como aulas de apoio pedagógico ou outros projetos paralelos. Cabe destacar que o trabalho desenvolvido pela Educadora Especial e outros projetos de alunos de graduação que realizam estágio na escola conseguem atingir apenas parte dos alunos que necessitariam de atendimento individualizado e acompanhamento familiar.

A escola tem procurado atuar junto às famílias para garantir a frequência e o aproveitamento, e mesmo ao Conselho Tutelar, porém há vários casos em que as tentativas feitas têm se revelado insuficientes ou infrutíferas. Existem situações de infrequência – até mesmo com a concordância dos pais - ou de transferências em meio ao ano letivo e a aprendizagem resta de tal forma abalada que se torna difícil recuperar as lacunas de aprendizagem do aluno. Há um sentimento de impotência dos professores para lidar com essa realidade

O contexto escolar está organizado, em sua forma física, conforme segue: A infraestrutura física da escola é constituída por uma parte antiga e uma recente. A parte antiga é formada por cinco blocos com andar térreo somente, estando assim distribuídos: um de frente para a Rua Ranieri Danesi, dois junto ao muro da Rua Rosa Branca, onde se localiza a Igreja São João Evangelista, outro paralelo a estes e outro ocupando o espaço central do pátio. No prédio frontal, de alvenaria, há um saguão, sala dos professores, uma sala para coordenação e orientação educacional, sala do Programa Mais Educação, biblioteca, as salas da secretaria, da direção, de informática, de vídeo e três salas de aula, além de um banheiro para os professores e os banheiros masculinos e femininos para os alunos. Num dos blocos junto ao muro há uma salinha usada para depósito de material e as dependências do zelador. No outro há uma sala com banheiro e uma área pequena cedida à UNIFRA, para atendimento dos estagiários dos Cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Ao lado da sala dos professores estende-se um bloco com 3 salas, duas delas destinadas à cozinha e ao refeitório e uma sala de aula. No bloco situado no meio do pátio, há a sala onde são guardados materiais (judô e Ed. Física), uma sala de aula e a biblioteca, além do bar e da cozinha do Departamento Tradicionalista. Há ainda uma construção pequena com dois banheiros (masculino e feminino), ao lado da quadra poliesportiva. Esta foi inaugurada em 2006, e se localiza junto ao muro, no ângulo das Ruas Rosa Branca e Mario Nogueira Napoleão.

O projeto do novo prédio prevê diversos ambientes, além das salas de aula. Esse projeto foi idealizado em meados de 2001 e, a partir de 2002, através da participação da comunidade escolar, foram destinadas verbas do Orçamento Participativo para a construção de parte do prédio. Foi inaugurado, em 2003, um bloco com dois pisos, sendo 4 salas de aula no 1º andar e, no térreo, outras 4 salas de aula, todas amplas, mais uma sala com banheiro para o 1º ano, os banheiros masculino e feminino para os alunos e mais dois para os professores, além de um pequeno saguão e outras duas salas pequenas, atualmente cedidas para a UNIFRA (Cursos de Psicologia e Nutrição).

Existe ainda na escola um Departamento Tradicionalista, Cultural e Estudantil (DTCE) chamado “Marcas do Pampa”. Fundado em 16 de maio de 2000, promove atividades ligadas ao tradicionalismo para a comunidade e também para os alunos da escola; o departamento possui um espaço que é disponibilizado para atividades diversas, sempre que necessário.

O espaço físico atual da escola ainda é inadequado para os objetivos a que se propõe. Falta um local apropriado para reuniões, encontros, palestras, sessões de vídeo, apresentações e outras atividades. Possui uma quadra coberta para atividades recreativas e eventos culturais.

Felizmente, a conclusão do novo prédio já está prevista, onde haverá mais 11 salas de aula, 2 salas para laboratórios de vídeo e informática, biblioteca, auditório, refeitório, cozinha, além de salas para o setor administrativo.

A Escola conta também com o apoio de diversas instituições, como a Igreja São João Evangelista, que disponibiliza seu espaço para palestras, reuniões, apresentações e outras atividades; o Exército, através do Parque Regional de Manutenção/3 (padrinho da escola), onde acontece parte das aulas de Educação Física, já que o espaço físico é insuficiente para todas as turmas; por fim, há o Posto de Saúde, situado ao lado da escola, o qual presta atendimento médico e odontológico à comunidade e aos alunos, em situações de urgência.

Escola B, que começou a funcionar nos anos 60, recebeu sua denominação em homenagem ao Irmão Marista Nestor Wullepit, de origem francesa, que se estabeleceu em Santa Maria no início do século XX e aqui dedicou grande parte de sua vida, tendo sido agraciado com o título de “Cidadão Santa-mariense, pelo seu trabalho em favor da educação”. Esse é um motivo de orgulho para a instituição, pois as pessoas que o conheceram pessoalmente afirmam que este personagem

era um ser humano muito bondoso, simpático, responsável e dedicado aos grandes ideais da educação, um exemplo inspirador a todos os que tiverem a oportunidade de estudar ou exercer suas funções nesta Escola.

Segundo informações obtidas com uma das ex-professoras, a 1ª turma utilizou, por mais de um ano, uma residência cedida, que se localizava na Rua Venâncio Aires, a duas quadras da Rua Ranieri Danesi. Havia em torno de 25 alunos, um pouco de cada série, pois na época existiam poucas famílias nessa região.

Depois desse período, a escola mudou-se para a Vila São João, também em salas cedidas por um morador. Ali funcionou por dois anos. Como o número de alunos aumentava e o espaço foi solicitado pelo proprietário, a escola, já com duas professoras, transferiu-se para um salão emprestado por uma sociedade espírita, situada perto da ponte do Arroio Cadena, onde permaneceu por mais dois anos.

Por fim, contando com mais de cem alunos, estabeleceu-se por aproximadamente dois anos no Prado, no salão do 1º andar do prédio do Jockey Club. Nesse período, devido às muitas dificuldades, foi solicitada a construção de uma escola que acolhesse as crianças da região. Assim, foi construída uma escola pequena, em frente à atual Igreja São João Evangelista, em terreno doado pela família Camponogara.

A partir dos anos 70, com o aumento da população na região, a parte antiga da escola passou por várias reformas, a fim de adaptar-se às necessidades, o que acabou resultando na estrutura atual, com diversas dependências, como será descrito no item referente à infraestrutura física.

A Escola situa-se na periferia da cidade, no Bairro Juscelino Kubistchek, o qual abarca uma população bastante heterogênea, compreendendo várias vilas: Caramelo, Santa Marta, Nova Santa Marta, Sete de Dezembro, Pôr-do-Sol, Jockey Club, Alto da Boa Vista, Prado, Vila Rigão, Parque Pinheiro Machado, São João, Renascença e outras. E, assim como as vilas que a circundam, foi crescendo conforme as necessidades, sem que a mantenedora tivesse, até meados dos anos 90, um planejamento em longo prazo, de modo que seu espaço físico ainda deixava a desejar, considerando a sua importância na comunidade.

A escola tem atendido, nos últimos anos, uma média de 500 alunos, contando com aproximadamente 50 profissionais, entre professores e funcionários. É importante mencionar esse aspecto, pois deve ter sido decisivo para que a

Prefeitura Municipal - após inúmeras solicitações da comunidade – desapropriasse o terreno situado ao lado da escola, para finalmente construir um novo prédio.

O projeto é bastante amplo e parte das obras foram realizadas, ou seja, a escola dispõe de uma construção nova e a comunidade escolar aguarda a liberação de verbas para a conclusão do prédio.

Estão em andamento diversos projetos envolvendo a comunidade escolar:

- DTCE - Departamento Tradicionalista Cultural Estudantil Marcas do Pampa que há 16 anos foi fundado nessa Escola, o qual conta com uma patronagem, prendas e peões campeiros. Promovem anualmente vários eventos, entre eles o Ciclo Natalino, a Ciranda de Prendas; o MTG vai à escola onde as prendas divulgam aos alunos das séries iniciais o culto à tradição, a Semana Farroupilha e o Seminário Tradicionalista. Tem como lema “Temos orgulho de ser livres, o dever de ser iguais e a honra de ser humanos”;
- BIBLIOTECA PRADO VEPPO: conta com um grande acervo literário e didático, em local amplo e apropriado, constituindo-se de área para pesquisa - em livros, enciclopédias e internet, empréstimos de livros e hora do conto. Também desenvolve o Clube Amigos da Biblioteca que prioriza estimular a leitura e a troca de livros entre os participantes. Ganha diariamente novos integrantes e, ao final de cada bimestre, os alunos do Clube participam de passeios culturais organizados pelo coordenador da biblioteca. Promove anualmente a Semana Literária que conta com apresentações artísticas, palestras, sarau, debates e sessões de autógrafos com autores locais, além do Concurso Literário nas categorias professor, funcionário, pais e alunos;
- EDUCAÇÃO FISCAL: A Escola é pioneira no desenvolvimento desse programa que visa conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da arrecadação de impostos através do recolhimento de notas fiscais;
- UNIFRA: o curso de Terapia Ocupacional atende a comunidade através de atividades lúdicas, palestras, vídeos voltados para a família e alunos. A partir de encaminhamentos, há atendimento de alunos e comunidade pelos acadêmicos do curso de Psicologia. Ainda os acadêmicos de Enfermagem oferecem palestras sobre temas de interesse dos adolescentes e jovens - gravidez, HIV, sexualidade, prevenção/DST. Com os acadêmicos de Nutrição o atendimento e a orientação à obesidade infantil/palestras sobre a importância da alimentação;

- Faculdade Palottina (FAPAS) Ações com o curso de Filosofia (via bolsistas de iniciação à docência do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID);
- Universidade Luterana do Brasil (ULBRA): Ações com o curso de Educação Física/PIBID;
- UFSM: Ações com o curso de Matemática/PIBID;
- TRÂNSITO, VEÍCULO DE CIDADANIA: Este projeto é realizado nos 4º anos do ensino fundamental, propiciando aos educandos e à comunidade escolar conceitos de Educação para o Trânsito, por meio de ações permanentes, tendo como meta formar cidadãos com espírito de cidadania e preservação da vida. É desenvolvido através de palestras, vídeos, pesquisas na Internet e na comunidade.

Com essas iniciativas, a escola pensa estar contribuindo para a concretização do seu Projeto político-Pedagógico, que tem por objetivos valorizar a vida, a afetividade, integrar a escola à comunidade, através da participação comprometida, crítica e criativa.

5.4 ESCOLA DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO

Dados de identificação:

Centro de Educação Infantil Casa da Criança

Endereço: Rua Venâncio Aires, nº2645, Bairro Passo D'Areia

CEP: 97020-620

Telefone: (55) 30262614

Endereço eletrônico: casadacriancasm@yahoo.com.br

Página na Internet: www.casadacriancasantamaria.blogspot.com

Atos Legais:

Decreto de Criação: Não possui

Autorização de Funcionamento: Não Possui

Níveis e Modalidades de Ensino:

Berçário II, Maternal I, Maternal II, Pré nível A, Pré nível B

Número de alunos: 396

De acordo com os dados do Projeto Político-Pedagógico (2013c), a Escola de Educação Infantil Casa da Criança funciona junto ao antigo Centro Social Urbano, que foi inaugurado em 27/12/1978. A Casa da Criança teve, em sua origem, atividades recreativas com o apoio da UFSM com crianças de 4 a 5 anos, dando aula de expressão corporal, vocal, música e desenho.

No decorrer dos anos, a creche passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Bem Estar Social e ser mantida pela Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Em 1996, houve a implementação da LDB, Lei 9.394/96, sendo que, neste momento, a Educação Infantil passou a ser um dever do Estado e um direito da criança, passando o estabelecimento para a Secretaria Municipal de Educação (SMED), quando, o que eram apenas atividades recreativas, passou a ser uma escola, denominando-se Centro de Educação Infantil Casa da Criança.

No ano de 2004, a escola obteve sua autonomia financeira, onde o Governo Federal repassou verbas através do conselho escolar. A referida verba tem custeado as despesas da escola no seu funcionamento. Esta verba é supervisionada pelo conselho escolar, onde o mesmo aprova o plano de aplicação e os gastos de cada repasse.

O conselho escolar foi constituído em 2004, pela 1ª vez, acontecendo em forma de eleição com o voto dos pais, professores e funcionários e tem como objetivo deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Possui presidente e dois representantes de cada segmento, ou seja, representantes dos pais, alunos, funcionários e professores.

A Associação de Pais e Mestres foi constituída em março de 2011, com eleição direta, dando mais um passo na autonomia financeira e na gestão democrática.

Neste relato também se explicitaa primeira eleição para diretora, no dia 20 de outubro de 2006[6], sendo a primeira diretora professora Rossonia Marini Serafini eleita com voto direto, onde ficará por um mandato de três anos. A diretora foi eleita com 96% dos votos da comunidade escolar, professores e funcionários, tendo sua reeleição em 2009 com 100% dos votos válidos.

Hoje, a Casa da Criança conta com quatro turmas de Pré-Escola “A”, dividida em turno manhã e tarde com crianças na faixa etária de 4 anos; cinco turmas de

[6] A eleição de diretores foi regulamentada pela Lei de Gestão Democrática (SANTA MARIA, 2003).

Pré-Escola “B” com crianças de 5 anos; uma turma de Maternal II (turno integral) com 3 anos; três turmas de Maternal II (turno tarde e manhã), uma turma de Maternal I (turno Integral) uma turma de maternal I (turno tarde) com crianças de 2 anos, uma turma de Berçário II com 1 ano (turno tarde), perfazendo um total de 396 alunos, divididos em 16 turmas (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2013c).

Os alunos de turno integral recebem seis ou mais refeições diárias, de acordo com a faixa etária: café ou mamadeira, almoço e lanche.

O quadro de funcionários conta com uma diretora, uma supervisora, uma professora no apoio pedagógico, duas educadoras especiais, doze professoras, vinte e duas estagiárias e 4 auxiliares de serviços gerais.

Quanto aos aspectos da inclusão háquinze alunos nas diferentes faixas etárias, os quais são assistidos pelas duas educadoras especiais nas salas de aulas regulares. Elas auxiliam e orientam o corpo docente em seus trabalhos com as diferentes inclusões que frequentam a escola.

A escola tem como projeto junto às famílias um grupo de atendimento psicológico: Grupo Terapêutico, Pais Fortalecidos, Filhos Saudáveis. O referido grupo acontece todas as terças feiras,às 19h.

A escola hoje conta com uma sala multifuncional enviada pelo MEC, para o desenvolvimento com alunos incluídos.

O horário de entrada para os alunos de turno integral é das 8h às 17h,para os de um turno da manhã das 8 hàs 12h e da tarde das 13h às 17h.

O ano letivo tem início em fevereiro e o término em dezembro. Durante o mês de julho as turmas têm recesso, juntamente com as demais escolas da rede municipal.

O objetivo presente nesta pesquisa inicia por uma necessidade de, como gestora da escola, viver uma angústia diante da Gestão Democrática. Como gestora e aluna do Mestrado Profissional, entendo que esta escola é o espaço perfeito para se dar a intervenção, onde foi criado um protocolo de ações, tendo com base os dados adquiridos na pesquisa realizada nas três escolas já mencionadas acima, tomando como referência os dados obtidos nos questionários aplicados aos integrantes do CE nas referidas escolas.

7 O CAMINHO DA PESQUISA: BUSCAS, LIMITAÇÕES, ANGÚSTIAS E RESULTADOS

Ao escrever esta dissertação entro num caos pessoal e acadêmico de como me colocar frente à minha escrita, considerando a experiência como gestora, a vivência acadêmica de mestrado em contraponto com minha caminhada no espaço escolar.

Trago Josso (2000, p.34) para ilustrar minha fala, quanto ao aprendizado do pesquisador.

> O pesquisador mobiliza um conjunto de conhecimento sobre si mesmo, como sujeito cognocente e de saber-fazer consigo mesmo, como aprendente, tanto na hora das práticas que aplicam a metodologia quanto no momento das atividades reflexivas. Tais conhecimentos existenciais são postos à prova no processo de pesquisa, onde se revelam ser mais ou menos adequados, impondo ao pesquisador novas aprendizagens, reajustes, tomadas de consciência.

Neste capitulo, transito entre os resultados dos questionários respondidos pelos conselheiros e pelos diretores, pela pesquisa documentalque traz os projetos pedagógicos - PPP –e pelas Atas das reuniões dos CE. Na continuidade, apresento os resultadosdos grupos focais e suas discussões na escola de aplicação do protocolo de atividades, desenvolvidos na quarta escola, ou seja, no Centro de Educação Infantil (CEI) Casa da Criança.

7.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

A coleta de dados trouxe resultados obtidos através dos questionários. Estão apresentados por categoria de respondentes: membros do CE da escola estadual e escolas municipais, objeto da pesquisa. Esclareço que foram aplicados, no total, 40 questionários, dos quais obtive o retorno de 13, sendo importante salientar que atingi o retorno, de modo geral, em cada caso, ao menos de um representante de cada segmento integrante do CE, indicando que a pesquisa é representativa de todos os cargos ocupados pelos conselheiros junto aos CE.

Os questionários eram compostos de dez questões dissertativas que foram respondidos individualmente, conforme solicitação aos diretores das escolas selecionadas. A ideia inicial, conforme explicitada acima, era participar de uma

reunião com os conselheiros e aplicar o referido questionário durante a reunião. Como esta proposta se tornou inviável, os referidos questionários foram entregues a cada diretor, ficando sob sua responsabilidade a aplicação dos mesmos.

As questões foram elaboradas de acordo com as necessidades de respostas aos questionamentos que viessem compor este trabalho de pesquisa, onde se buscou responder ao problema de pesquisa desta dissertação.

Abaixo apresento o quadro número 1, no que se refere à quantificação de questionários entregues e devolvidos pelas escola.

Quadro 1- Questionários

Escolas	Números de questionários entregues	Números de questionários devolvidos
A (municipal)	13	03
B (municipal)	13	05
C (estadual)	14	05
Total	40	13

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

O quadro 2 traz os números referentes aos questionários devolvidos por segmento de conselheiros, ou seja, representantes dos professores, alunos, funcionários, pais, presidente do CE e membro nato (direção).

Quadro 2 - Questionários devolvidos por segmento

Escolas	Diretor	Rep. Alunos	Rep. de pais	Rep. professores	Rep. Funcionários	Presidente
A	01	_	01	_	_	01
B	01	01		02	01	_
C	01	02	01	01	_	_

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

No quadro 2, ficou clara a dificuldade em se obter retorno da totalidade dos questionários entregues nas reuniões nas escolas para as direções (membros natos do CE), onde apresentei todo processo de pesquisa e seus objetivos.

Obtive um percentual aproximado de 32% de retorno dos questionários entregues, o que restringiu a pesquisa, no que tangeaos segmentos de conselheiros.

Inicialmente esses dados averiguados no quadro 1 deixaram-me vivenciar uma situação preocupante, quanto à presença dos conselheiros nas escolas. Fica a pergunta: porque os questionários não retornaram? Avalia-se que os conselheiros não tiveram interesse ou houve falta de conhecimento para responder ao questionário.

Em conversas com as direções, estas colocaram em todas as escolas que alguns se negaram a responder, com diversas desculpas, como falta de tempo, não querer se comprometer com as respostas, entre outras justificativas.

Antes de iniciar os relatos referentes às respostas dos questionários, considero importante relatar duas situações referentes ao resultado do segmento dos alunos.

Em uma das escolas com maior número de representantes, os alunos demonstraram facilidade em responder a todas as questões, mas chamou atenção que as respostas às perguntas eram idênticas, caracterizando que os mesmos somente copiaram de um questionário pronto as respostas. Em outra escola uma aluna respondeu somente uma questão, informando que não saberia responder as demais porque não foi orientada.

A seguir, inicio a transcrição dos questionários por entender ser de extrema importância as respostas apresentadas pelos conselheiros. Os referidos questionários foram aplicados 100% nas dependências escolares, sendo entregues aos conselheiros pelos diretores das instituições de ensino entre os meses de março e abril de 2017. Na categoria do segmento dos funcionários, somente um questionário voltou para análise.

Quando questionados sobre como é constituído o conselho escolar, os pesquisados se manifestaram assim: Todos os diretores citaram alguns dos componentes do CE. Não se indicaram como participantes e, de modo geral, também omitiram, ora a presença de alunos, ora a presença de pais, ora a presença de funcionários. As respostas sinalizaram para um descomprometimento dos

diretores com a constituição do CE, o que já fragiliza o seu próprio funcionamento, conforme se verifica em algumasrespostas.

> O conselho escolar é constituído por pais, professores e funcionários (Diretor escola A).

Já os professores colocaram que compõem os CE os representantes de professores, funcionários, alunos, omitindo a participação do diretor como membro nato, o que indica desconhecimento da totalidade de membros do CE.

É importante ressaltar que, de acordo como Art. 45 da lei do Estado e o Art. 27, da lei municipal, o diretor é membro nato do conselho escolar.

> Pela presidente, vice-presidente, alunos, professores e funcionários (Professor escola A).

As respostas dos alunos foram variadas, ora aluno não soube responder, ora não tem conhecimento de alguns integrantes, não sabendo que professores e funcionários participavam, ora evidenciavam conhecimento da constituição do CE integralmente. É importante salientar que nenhum aluno participante nomeou a composição do CE integralmente. Como segue exemplo: “Composto de professores, alunos e funcionários”, “Pelos pais, professores e alunos” (Aluno escola A).

Quanto aos funcionários, constatou-se que a única funcionária que participou nomeia todos os cargos do CE, somente não coloca a direção como membro, o que indica desconhecimento de que a direção da escola integra o conselho escolar como membro nato, tal como determina a Lei de Gestão Democrática da rede Estadual, quanto à rede Municipal.

Ao analisar as respostas da questão em evidencia, verifica-se que os conselheiros não têm conhecimento referente aos cargos compõem o conselho escolar a qual fazem parte.

Ao questionarmos sobre qual a finalidade do conselho escolar, os diretores apresentaram respostas variadas, ora afirmando que o CE ajuda a escola e aprova ou não o calendário letivo, ora fiscaliza as verbas, ora participa das reuniões. Observa-se, pelas respostas, que não há clareza das funções do CE como órgão de gestão da escola, o que compromete a função do diretor, no sentido de compreender as políticas educacionais descentralizadas e a função da comunidade educativa nesse processo. Como se pode perceber no exemplo que segue: “Tem

como finalidade de ajudar a escola e de aprovar o calendário escolar e gastos da escola” (Diretor escola C).

Quando falamos em finalidade, os professores, no geral, entendem que o CE está ali para apoiar, participar de reuniões e resolver problemas, principalmente no que diz respeito às questões financeiras. Somente uma das professoras se reportou à gestão democrática como característica do CE, contudo deixou vaga a referida colocação. As respostas indicam que não há uma formação dos conselheiros sobre as finalidades e funções do CE.

Os alunos entendem que a finalidade do CE é tomar decisões junto com a direção e participar das reuniões quando chamado por ela, o que indica a falta de clareza quanto ao papel do presidente do CE e desconhecimento da finalidade do CE.

A funcionária que respondeu coloca que tem como finalidade “zelar” pela manutenção da escola e cuidar para que as decisões e gastos fiquem claros a todos.

Os diretores, ao serem questionados sobre como foi realizada a formação para ser conselheiro, indicaram que a formação foi feita ou por meio de reuniões ou através do material de leitura enviado pela SMED em ocasiões distintas, do que se consta que os diretores não tiveram uma formação adequada e sistemática para compreender o CE como órgão de gestão, o que fragiliza a participação dos diretores no mesmo, bem como fragiliza o próprio funcionamento de CE, considerando a responsabilidade do diretor em agilizar o bom funcionamento deste.

No geral, das respostas dos professores, pareceu não ter acontecido uma efetiva formação dos conselheiros. As respostas, ora transitaram entre não houve formação alguma, ora que aconteceu em reunião, ora em assembleia geral. Esta situação, com respostas vagas, evidencia a causa das respostas de todos os participantes do CE, ou seja, desconhecimento da legislação, o que descaracteriza o bom funcionamento do CE.

Já os alunos responderam que foram chamados pela direção e participaram de uma reunião, onde foi colocada a responsabilidade de cada um junto ao CE.

Os funcionários não têm conhecimento se aconteceu alguma formação.

Ao serem questionados se a sua escola tem um regimento do conselho escolar, os diretores indicaram SIM para as escolas municipais, tendo em vista que a SMED elaborou um regimento único para todas as escolas desta esfera

administrativa, o que indica que as escolas não discutiram a organização e funcionamento do CE, demonstrando que também este fato favoreceu a falta de formação dos conselheiros. A escola do estado indicou que SIM, confundindo com o regimento escolar.

A situação da rede municipal, elaborando um regimento único para todas as instituições, fere a legislação, pois, de acordo com a lei municipal, cada instituição escolar deve elaborar seu próprio regimento. Esta é uma prerrogativa para a autonomia dos conselhos no processo de gestão da escola, visto que eles têm autonomia para criar seu próprio estatuto, sendo um órgão autônomo a serviço da gestão da escola a que pertence. A situação indicada pela escola do estado sinaliza o desconhecimento ou da legislação ou da documentação que regulamenta a escola, ou mesmo da inexistência de um regimento do CE que nada mais é do que a normatização de funcionamento dele.

Um dos professores apontou não ter conhecimento de um regimento próprio do CE. Outro colocou que o regimento do CE está junto ao regimento da escola, afirmando que todos os segmentos da escola participaram da elaboração, desconhecendo que o regimento deveria ser próprio para o CE. E, por fim, uma das professoras informou que as escolas da rede municipal receberam pronto o regimento do CE da SMED. Isso implica desconhecimento da legislação, como salientado acima, tanto por parte dos professores do estado, quanto por parte do município, considerando que as Leis de Gestão Democrática do município e do estado preveem que cada instituição elabore seu próprio regimento, no que me reporto a Lei n. 4.740, art. 25 e Lei n. 13990/12 art. 42.

Alguns alunos colocaram que o regimento do CE está junto com o regimento da escola e outro respondeu que quem elaborou foi a direção, indicando falta de conhecimento sobre a questão. Os funcionários não têm conhecimento se o CE possui regimento próprio. Algumas respostas transcritas: “se tem, não sei quem fez”, “não fiz parte da elaboração” (Aluno escola C).

Quando apresentada a questão que se refere ao cargo de cada ume a suas atribuições, todos os diretores afirmaram ser membros natos do CE, mas, por sua vez, no quesito atribuição, colocaram-se como coordenadores do CE, o que inviabiliza o aspecto democrático da escolha do presidente do CE, colocando-se em uma posição superior aos demais conselheiros, bem como omitindo o CE como órgão gestor da escola. Isso, mais uma vez, confirma a falta de conhecimento da

organização e do funcionamento do CE, considerando a legislação do município e do estado.

Todos os professores informaram seus cargos como representantes do magistério, contudo duas não disseram suas atribuições. Os outros colocaram que sua função é participar das reuniões, quando solicitados, o que indica que não há clareza sobre as atribuições dos professores no CE, bem como apresentam uma visão individualista em relação ao colegiado a que pertencem.

Os alunos colocaram que sua atribuição é dar opinião quanto aos assuntos que estão sendo discutidos e que representam os outros colegas, como coloca um aluno: “Dar opinião durante as reuniões” (Aluno Escola C).

A funcionária (que nunca participou de reunião) acredita que deva representar os colegas funcionários.

Ao colocarmos a questão de como se dá a escolha dos temas para reuniões do conselho escolar, os conselheiros se colocaram “de acordo com as necessidades que vão surgindo” ou “em cima das angústias da escola”.

Pelas respostas dos diretores, observa-se que as reuniões somente acontecem quando há necessidade, especialmente sobre prestação de contas. Isso contraria a legislação, tanto do estado, quanto do município, quanto à periodicidade delas, as quais deverão ser mensais e tantas extraordinárias quando necessário.

Todos os professores informaram que os temas das reuniões são escolhidos de acordo com a necessidade do momento, parecendo que elas acontecem eventualmente, sendo consenso de todos. A lei de gestão democrática, tanto do estado, quanto do município, determina que as reuniões devem ser mensais, visto que, de acordo com o Art. 60 (RIO GRANDE DO SUL, 2012) e Art. 43 (SANTA MARIA, 2003).

Todos os alunos foram unânimes em dizer que os assuntos são de acordo como os problemas e necessidades da escola.

A funcionária informou que nunca participou de nenhuma reunião, portanto não tem conhecimento de como são selecionados os assuntos.

Ao serem questionados sobre que avaliação fazem do conselho escolar desta escola, os diretores transitaram entre o “atuante” e “pouco atuante”. Quem respondeu pouco atuante reconhece que são necessárias estratégias para que este órgão seja mais ativo. Independente das respostas, não há uma avaliação formal, mais completa sobre a atuação do CE. Transcrevo duas respostas: “Por participar

das decisões da escola ouvindo a todos da escola” (Diretor escola B) e; “Esta pouco atuante, temos que construir estratégias para fazer com que ele seja mais ativo” (Diretor escola A).

Em todos os questionários, os professores consideram atuante o CE. As respostas foram contraditórias, considerando respostas que em outras questões apontarem o contrário. Somente uma das professoras entendeu que o CE deveria ser mais atuante e haver mais reuniões para ser mais efetiva esta participação

Uma aluna coloca que é um pouco bagunçado, os outros avaliam como bom e participativo, mas sem exemplificação sobre o processo avaliativo.

A funcionária não fez nenhuma avaliação referente ao CE.

Ao se apresentar a questão sobre o projeto pedagógico da escola ser foco de atenção do Conselho Escola, os membros do conselho escolar se manifestaram.

As respostas dos diretores foram contraditórias e vagas, não deixando claro se o PPPda escola é alvo de participação do CE na sua elaboração, bem como no acompanhamento e avaliação. A pergunta não foi efetivamente respondida, o que indica que o CE não se envolve com o Projeto Politico-Pedagógico, como exemplifico: “Com a participação de todos os membros juntamente com o presidente debatendo e solucionando os problemas” (Aluno Escola A).

Um dos professores coloca que não são foco de discussão do CE os assuntos referentes ao PPP. Os outros professores informam que discutem sobre as avaliações e os trabalhos dos alunos e cada um dentro do seu segmento (pais, alunos e professores), o que indica que pode estar havendo uma confusão com o Conselho de Classe, por não haver uma avaliação coletiva do CE sobre o PPP.

Alguns alunos não responderam esta questão e outros colocaram que o único assunto é quando é referente às avaliações dos alunos.

A funcionária não tem conhecimento, nem lembrança do referido tema.

Foi apresentada a questão: Você considera o conselho escolar como um órgão democrático? Onde os integrantes do conselho escolar se posicionaram da seguinte forma:

As respostas dos diretores informam que o CE é participativo nas decisões que são tratadas nas reuniões deste órgão, mas não indicaram nenhum tema especifico que seja objeto de decisão do CE nas reuniões, assim como não justificaram a resposta.

> Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfretamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira (BRASIL, 2004a, p. 37).

Os professores também não apresentam justificativa como solicita a pergunta, todos colocam que o CE escolar é um órgão democrático, em que todos podem opinar, contudo um dos professores disseque o CE não funciona como deveria, o que justifica algumas respostas dos alunos e funcionária acima.

No seguimento aluno, um não respondeu e os outros colocaram ser um órgão democrático, pois ouvem a opinião de todos. Conforme diz um aluno: “porque todos podem opinar” (Aluno Escola A).

A funcionária respondeu “não” a esta questão, pois, na maioria das vezes, não tem conhecimento do que está acontecendo na escola referente ao CE.

Nossa última respostavem solicitar sugestões para o melhor funcionamento deste conselho escolar, onde todos os membros do conselho escolar se pronunciam.

Todos os diretores reconhecem a necessidade de um CE mais atuante, mas, ao mesmo tempo, esta afirmação não condiz com as respostas dos diretores ao longo deste questionário. Como um pesquisado se refere: “montar estratégias para ser mais atuante e fazer mais reuniões” (Diretor da escola C).

Os professores sugerem uma maior participação do CE, deixando sem explicitar como deveria ser essa participação, o que contraria as respostas às demais questões.

Os alunos colocam como sugestão geral que continue sendo atuante. Um aluno sugeriu que as decisões sejam mais planejadas.

A funcionária traz como sugestão poder participar das reuniões do CE.

Considerando as respostas dos conselheiros que participaram da pesquisa, observa-se desconhecimento da legislação, falta de formação adequada para o efetivo desempenho do CE, o que inviabiliza as políticas atuais que têm como princípio a gestão democrática. De acordo com Gohn (2001, p 95),

> Há necessidade de capacitação dos conselheiros (inclusive com cursos, seminários, trocas de experiências, fóruns, espaços culturais, eventos etc.). A participação, para ser efetiva precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informação e de conhecimento sobre o funcionamento das estruturas estatais.

Ao trazer estas palavras, deparamo-nos com a importância do conhecimento para nos apropriarmos da nossa própria função como diretora (considerando que, como diretora, sou membro nato) função de conselheiro, visto que não há ação sem pré-conhecimento.

Gohn (2001, p.40) segue afirmando que “[...] as transformações políticas operadas na sociedade civil, nas décadas 1979/1980 decorrentes dos ciclos de mobilização, fortaleceram o pólo local, pois elas expressavam forças sociais territorialmente localizadas”.

Segundo Paro (2000, p.78),

> Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata.

Nessa perspectiva, dá-se a descentralização do poder, favorecendo o poder local de modo que as comunidades assumam compromisso com as soluções possíveis para os problemas sociais. É neste contexto que se assegura, nas instituições escolares, o CE como órgão de gestão representativo da comunidade escolar.

7.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Na sequência, foi realizada a análise documental. Para tanto, foram solicitados, nas escolas, os seguintes documentos: Atas de reuniões e documentos que impliquem o envolvimento do CE com o PPP da escola. No entanto, obtive retorno de duas escolas somente com algumas atas e o PPP.

Sobre as Atas, foram recebidas oito da escola Ae três da escola B, num total de onze atas. Sendo que a escola C não autorizou acesso à documentação alguma.

Assuntos tratados nas atas recebidas e analisadas:

- apuração de votos da eleição do CE; apresentação da nominata eleita do CE de cada segmento;
- aprovação dos sábados letivos do calendário escolar;

- posse do presidente do CE e dos demais integrantes;
- reunião integrada pelo CE e a Associação de Pais e Mestres (APM), para abertura do ano letivo com avisos gerais sobre normas de convivência, horários de turma, sistema de avaliação, rendimento escolar, vacinação, Programa Mais Educação, calendário do ano letivo, recuperação paralela;
- decisão sobre a festa de final de ano;
- prestação de contas, verba do Programa de Desenvolvimento da Autonomia Escolar (PRODAE);
- prestação de contas da Merenda Escolar;
- certificação da UNESCO (recebido por uma escola) e atividades referentes a esta certificação.

Através desse levantamento geral dos assuntos tratados nas Atas recebidas de duas escolas, observa-se a não continuidade de reuniões, tendo em vista a média de reuniões seremde uma a três por ano, o que não condiz com as normativas da Lei de Gestão Democrática, que preconiza uma reunião mensal para o CE como já mencionado.

Outro aspecto que chama atenção é a não relação dos assuntos tratados com a organização administrativo-pedagógica das escolas, bem como nenhum assunto referente à preparação dos conselheiros para um melhor desempenho do CE, a partir da própria legislação, assim como nenhuma ata se refere a qualquer assunto referente ao PPP.

Essas observações coincidem com as respostas nos questionários dos participantes da pesquisa que indicam desconhecimento do papel do conselho escolar na gestão escolar.

Na análise do Projeto Politico-Pedagógico das escolas em pauta, há referência ao CE, mas de forma superficial e minimizada, o que não torna relevante este órgão para organização administrativo-pedagógica da escola.

Como ilustração, apresento a parte referente ao conselho escolarno PPP das escolas pesquisadas:

> 4.2.5 Órgãos Colegiados
> conselho escolar; Associação de Pais e Mestres (APM), Clube de Mães e Departamento Tradicionalista, Cultural e Estudantil (DTCE).

> O conselho escolar e os demais órgãos consultivos e de assessoramento administrativo-pedagógico, constituído de representantes da comunidade Escolar em todos os segmentos (Equipe Diretiva, Professores, Alunos, Pais e Funcionários), conforme legislação específica (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2013a, p.32).

> 4.2.5 Órgãos colegiados: conselho escolar fica instituído, nas Escolas Públicas Municipais e outro mantido pelo município os Conselhos Escolares, constituídos pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar (alunos, pais, membros do magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na escola). O conselho escolar terá função consultiva, deliberativa, e fiscalizadora(PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2013b, p.26).

Neste momento reporto-me novamente à pesquisa bibliográfica, quando trago a LDB- Lei 9.394/96, no Art. 14, que define as normas de gestão democrática, com os seguintes princípios: “I - Participarão dos profissionais da educação na elaboração do PPP; II - Participarão das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares” (BRASIL, 1996).

Então, vejo que, baseada da mínima referência, nos Projeto Político-pedagógico das escolas pesquisadas, avalia-se que elas não têm conhecimento e formação necessária para compreender a importância do conselho escolar no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do PPP como instrumento de ação da escola, com vistas a uma melhor qualidade de ensino. Isso porque o Projeto Politico-Pedagógico é a identidade da escola, a política da escola, demonstrando que existe uma grande falha até por parte do poder público, no que se refere a oferecer uma formação adequada aos conselheiros. Gohn (2001, p.92) coloca que:

> Faltam cursos ou capacitação aos conselheiros de forma que a participação seja qualificada em termos, por exemplo, da elaboração e gestão das políticas públicas; não há parâmetros que fortaleçam a interlocução entre os representantes da sociedade civil com os representantes do governo. É preciso entender o espaço da política para que se possa fiscalizar e também propor políticas; é preciso capacitação ampla que possibilite a todos os membros do conselho uma visão geral da política e da administração.

Destacamos a relevância da formação dos conselheiros, considerando a sua importância, a fim deque estes tenham o conhecimento necessáriopara atuarem junto às escolas, na ampliação da gestão democrática frente à comunidade escolar e às políticas públicas.

7.3 APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS

O protocolo de aplicação de atividades, na escola municipal Casa da Criança, foi planejado para realização do produto final desta pesquisa; teve um planejamento para os encontros com os conselheiros, cujos assuntos foram abordados através de grupos focais.

Foram planejadas variadas reuniões, sendo umas mensais e outras semanais, iniciadas a partir de setembro de 2016. No total foram realizados 12 encontros para o desenvolvimento da pesquisa, porém terão continuidade mesmo após o término desta pesquisa.

As reuniões tiveram como propósito responder a duas questões:

- Quais as formas deo conselho escolar atuar mais diretamente na escola?
- Você está aqui representando um segmento do conselho escolar. Como o conselho escolar poderia estar mais conectado com as necessidades do segmento que você representa?

É importante trazer que muitos assuntos foram tratados, os quais proporcionaram o crescimento e fortalecimento do grupo de conselheiros. Eu, como pesquisadora, precisei construir um vínculo com integrantes do CE, para, durante todas as inserções, construir respostas para as perguntas citadas acima.

Quando se inicia a análise dos grupos focais, reporto-me aos objetivos específicos desta dissertação, voltados para a pesquisa prática, que foram:

1. identificar eventuais especificidades que repercutam no funcionamento dos Conselhos Escolares com possibilidades de efetivação da Gestão Democrática;
2. levantar, sistematizar e compartilhar alternativas para qualificar a atuação dos CE junto aos sujeitos colaboradores da pesquisa;
3. construir e aplicar um protocolo de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, através de grupos focais;

Estes objetivos serviram de guias no momento de construir o processo de tomada de decisões ao decorrer da execução do projeto de dissertação. Ao começar a análise, inicio um processo de elaboração da minha escrita, o quelevou em conta

todas as informações que foram apuradas e registradas. Gatti (2005, p.45) complementa dizendo:

> Rotas de análise são seguidas, e estas se abrem em novas rotas ou atalhos, exigindo dos pesquisadores um esforço para não perder de vista seus propósitos e manter a capacidade de julgar a pertinência dos rumos analíticos em sua contribuição ao exame do problema.

Acreditando ser a melhor forma, inicio meus relatos individuais por reuniões dos grupos focais, realizadas na escola CEI Casa da Criança, onde em conjunto,foram sendo construídas e aplicadas as atividades presentes no protocolo proposto pela pesquisa aqui relatada.

Esta proposta de trabalho vem sendo realizada na escola desde setembro de 2016, após o CE tomar posse. Saliento que o processo de montagem da chapa para concorrer à eleição, ocorrida em setembro de 2016, foi um processo difícil, pois nenhum pai demonstrou interesse em participar do processo eleitoral. A equipe diretiva da escola começou uma caminhada de encontro junto a alguns pais, professores e funcionários para a montagem de uma chapa. Após algumas conversas, deu-se a eleição com a chapa completa dos integrantes do CE. Meu trabalho, baseado nos grupos focais, aconteceram desde a primeira reunião com este grupo.

1º encontro – 15 de setembro de 2016:

Conduzi a reunião como membro nato e não como pesquisadora, apesar de ter informado ao grupo da pesquisa em pauta, cujos resultados seriam publicados na minha dissertação.

Foi uma reunião de informações sobre:

- apresentação da estrutura da escola em relação aos números de alunos, professores, funcionários e instalações;
- papel do CE na gestão da escola;
- informação sobre as verbas recebidas pela escola e suas respectivas fontes;
- prestações de contas, tanto das verbas públicas, quanto das verbas arrecadadas pela escola através de eventos;

- investimentos realizados nos últimos três anos pela escola com verbas arrecadadas pela comunidade: cobertura da pracinha; instalação de parte elétrica para aparelhos de ar condicionado, independente da rede elétrica da escola; aquisição de brinquedos para toda escola; colocação de câmaras de segurança;

Ao final da reunião foi combinada com os participantes a criação de um grupo de relacionamento para comunicação imediata (via *Whatsapp*), no qual todos os membros aderiram à ideia e participaram ativamente ao longo do desenvolvimento da pesquisa. O entusiasmo do grupo sugeriu inclusive a confecção de uma camiseta com o *logo* da escola e identificação do CE, camiseta esta que vem sendo usada em todas as atividades do CE, sejam reuniões internas ou atividades externas.

Esta primeira reunião demonstrou que o grupo de conselheiros iria se imbuir realmente de suas funções, mesmo salientando que tinham pouco conhecimento teórico sobre o assunto. Os conselheiro iniciaram neste dia seu empoderamento frente à comunidade escolar, visto que se mostravam muito empenhados em construir com a escola uma nova história frente ao conselho escolar.

Figura 5 - Fotos do 1º encontro

Fonte: Acervo da pesquisadora.

2º encontro – 30 de setembro de 2016

A partir da segunda reunião todas foram de atividades variadas, sendo que, em todas as reuniões, a primeira parte seria de formação e o restantede assuntos gerais e de depoimentos dos próprios conselheiros.

Nesta reunião, a parte formativa iniciou com a seguinte pergunta: “O que é o conselho escolar?” A ideia deste pergunta foi verificar qual o conhecimento que os conselheiros tinham do próprio CE.

As respostas identificaram mais questões de ajuda à escola do que de gestão. As palavras dos conselheiros que foram transcritas no painel foram as citadas a seguir: “a escola; colaborar; integração das famílias com a escola” (conselheiros da escola de aplicação). Após as respostas foi distribuído um texto para uma leitura conjunta e discussão, realizada nessa reunião. O texto trabalhado foi retirado do material do MEC sobre Fortalecimento dos Conselhos Escolares (ANEXO A).

As discussões mostraram as grandes dúvidas dos participantes em relação ao poder de ação do CE, às atribuições e às funções do conselho escolar. Os conselheiros não conheciam como poderia ser sua efetiva participação dentro da escola. Com a leitura em conjunto do texto, em anexo, começamos esclarecendo inicialmente, com essa formação, como se atua frente às funções de cada conselheiro.

Foi discutido também que o CE é um órgão autônomo, com poder de se organizar e criar, sem necessariamente a direção da escola estar presente ou não, podendo interagir e atender às necessidades da comunidade, quando procurado.

Figura 6 - Fotos do 2º encontro

Fonte: Acervo da pesquisadora.

3º encontro – 26 de outubro de 2016

Nesta reunião com o CE, constituída por 09 conselheiros, houve a continuidade da formação destes. Os temas selecionados foramas funções do CE, ou seja, funções deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora. A partir das discussões, foi pensado em como agir de maneira prática e como o PPP pode ser vivo no processo diário da escola. É importante salientar que durante a discussão das funções foram sendo construídas alternativas práticas para a atuação do CE na rotina da escola.

4º encontro – 25 de novembro de 2016

Os conselheiros se reuniram sem a presença da direção e dos representantes dos professores da escola, considerando que estes estavam em convocação da SMED. Os assuntos foram variados, tais como a criação de um caixa do CE com a finalidade de colaborar com os eventos e datas festivas, tendo uma mensalidade para os integrantes. O caixa está sob a responsabilidade do tesoureiro do CE. Saliento que esta iniciativa não se confunde com as verbas recebidas pela APM[7], assim como não se confundecom os recursos recebidos pela escola através do programa do PDDE[8], cujas finalidades são outras. Também foram tratados assuntos como: as grades na frente da escola; a colocação da placa(Escola) no recuo da calçada.

Foi de extrema importância para o fortalecimento do grupo, a reunião ter acontecido, mesmo sem o representante dos professores e a direção (membro nato). O sentimento observado como pesquisadora foide que os conselheiros se sentiram parte da escola e responsáveis pelo seu cargo ocupado.

5º encontro – 17 fevereiro de 2017

O ano foi iniciado em ritmo de trabalho pedagógico que foi realizado nas reuniões de pais. O CE organizou-se para participar da 1ª reunião das famílias da

[7] APM- Associação de Pais e Mestres
[8] PDDE - Programa de Dinheiro Direto na Escola

escola. Esta reunião com os conselheiros teve como finalidade a preparação da comunidade para o início da reconstrução do PPP. Ao iniciar o trabalho de reconstrução, buscou-se criar estratégiaspara que as famílias participassem. Nesta reunião foi combinada com os conselheiros a utilização deduas perguntas para serem trabalhadas nas dezesseis reuniões com famílias que aconteceram dia20 de fevereiro de 2017 com a comunidade escolar. A construção dessas perguntas teve a colaboração dos conselheiros.

As perguntas foram:

1. o que é ser criança?
2. o que vocês esperam da escola e do CE para essa criança?

As perguntas foram aplicadas da seguinte maneira: durante duas noites aconteceram as reuniões, separadas por níveis (berçário, maternais e pré-escolas). Inicialmente aconteceu uma reunião geral, com assuntos comuns a todos os níveis e apresentação da equipe da escola. Após, as famílias foram para as respectivas salas de aula de seus filhos e, neste momento, somente os conselheiros entraram nas salas onde realizaram as perguntas previamente escolhidas, anotando as respostas. A inserção durou em torno de 20 min. em cada sala, sendo importante salientar que a direção e os professores não participaram desse momento, ficando de fora da sala. Este momento foi denominado de “Reunião de pares”.

Figura 7 - Fotos do 5º encontro

Fonte: Acervo da pesquisadora.

6º encontro – 27 de março de 2017

Este encontro teve como destaque uma situação de cunho pedagógico ocorrida na turma do maternal, considerando o problema de relacionamento entre duas crianças. Os pais queriam uma reunião para conhecer melhor a proposta trabalhada, quanto ao comportamento de alguns alunos, ou seja, como os professores agem frente a esse tipo de problema. Comose verificou que eram somente duas famílias, resolveu-se, junto ao CE, que as referidas seriam chamadas para tratar especificamente do assunto. Na mesma reunião também foi tratado o planejamento de atividades, nas quais o CE se envolveria no mês de aniversário da escola. Uma das propostas foi a arrecadação de alimentos em um mercado para melhorar a dispensa de mantimentos.

O CE combinou que, a partir de abril, teria, além da sua reunião mensal, um plantão no hall da escola, o qual ficaria à disposição das famílias para atendimento. Para tanto, foi realizada uma escala, dependendo da disponibilidade dos conselheiros para estar no plantão. Eles estariam usando a camiseta que os identifica.

7º encontro – 07 de abril de 2017

O CE reuniu-se para avaliar a arrecadação do mercado; o agendamento do primeiro plantão para o dia 25 de abril de 2017, onde venderam lanches com arrecadação para seu caixa.

O grupo discutiu formas de CE estar mais presente na escola. Foi combinado de estarem representados em todos os eventos e participarem das reuniões pedagógicas mensais da escola.

Figura 8 - Fotos do 7º encontro

Fonte: Acervo da pesquisadora.

8º encontro –28 de abril de 2017

Nesta reunião, iniciou-se a participação do CE nos encontros de formação dos professores, estagiários e funcionários. Inicialmente trabalhou-se com todo o grupo as funções do CE. Esta demanda surgiu dos próprios professores, pois eles também tinham dúvidas em relação ao funcionamento e às atribuições do CE. Foram apresentados slides com as funções do CE. É importante informar que,nas reuniões de formação que se seguirem, o CE se fará presente.

O segundo momento trouxe uma atividade em grupo para todos os participantes. A referida atividade diz respeito às respostas a uma das perguntas respondidas pelas famílias em reunião no mês de fevereiro, que foi conduzida pelos conselheiros. A pergunta “O que vocês esperam da escola e do CE para essa criança?”.

Durante a reunião foram sendo esclarecidas as dúvidas que iam surgindo, pelos conselheiros, em relação aalgumas respostas dadas pelas famílias. Também,

durante todo o trabalho, foram sendo indicadas alternativas para resolver questões surgidas durante as reuniões com os conselheiros. Tais sugestões foram: elaborar uma enquete com o melhor horário de reuniões e atendimentos às famílias; como manter contato com as famílias; uso mais apropriado para as agendas dos alunos; repassar às famílias pequenos resumos da formação do CE, de modo que elas também tenham conhecimento das funções do CE, considerando que, oportunamente, também farão parte do CE.

Ao final da reunião mensal, os membros do CE se pronunciaram, colocando a importância da participação deles, pois não tinham ideia de quanto à equipe da escola trabalhava e se preocupava com o desenvolvimento dos alunos.

Estas avaliações demonstram que se está no caminho certo, a escola deve ser um espaço aberto e democrático, onde as famílias também tenham acesso à formação dos professores e dos monitores. Só assim vão compreender o processo de formação e de construção do conhecimento realizado na escola.

Figura 9 - Slides trabalhados na reunião pedagógica

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Figura 10 - Tabela trabalhada na reunião pedagógica

O que vocês esperam da escola e do Conselho Escolar para essa criança?

	Escola	Conselho
• Apoio	( )	( )
• Segurança	( )	( )
• Inovação	( )	( )
• Ensinar	( )	( )
• Educar	( )	( )
• Sabedoria	( )	( )
• Ensinamentos	( )	( )
• Atenção	( )	( )
• Dedicação	( )	( )
• Educação	( )	( )
• Precisa de amor e cuidados	( )	( )
• Evolução	( )	( )
• Complementar o conhecimento	( )	( )
• Ajudar no desenvolvimento da criança	( )	( )

	Escola	Conselho
• Socialização	( )	( )
• Integração	( )	( )
• Desenvolvimento da criança de acordo com a faixa etária	( )	( )
• Compromisso com a criança juntamente com a escola	( )	( )
• Respeitar o limite de cada um	( )	( )
• Respeitar a individualidade de cada um	( )	( )
• Aprendizagem	( )	( )
• Carinho	( )	( )
• Saúde	( )	( )
• Valores	( )	( )
• Transparência	( )	( )
• Metas	( )	( )
• Mais informática	( )	( )

	Escola	Conselho
• Compromisso	( )	( )
• Atitude	( )	( )
• Responsabilidade	( )	( )
• Cumplicidade	( )	( )
• Ter cuidado, paciência	( )	( )
• Aprender	( )	( )
• Divulgar mais o conselho escolar	( )	( )
• Bons exemplos escolares e na família	( )	( )
• Desenvolvimento	( )	( )
• Comprometimento	( )	( )
• Suporte (apoio)	( )	( )
• Paciência	( )	( )
• Certo e errado	( )	( )
• Contato	( )	( )
• Integração	( )	( )
• Reunião mais seguido com os pais	( )	( )
• Respeito	( )	( )
• Amor	( )	( )

	Escola	Conselho
• Mais histórias	( )	( )
• Teatro	( )	( )
• Culinária	( )	( )
• Respeito familiar	( )	( )
• Colaboração de ambos	( )	( )
• Diálogo	( )	( )
• Sociabilidade	( )	( )
• Acolhimento	( )	( )
• Confiança	( )	( )
• Ser informado de tudo que acontece com a criança e com a escola	( )	( )
• Respeitar a criatividade e o encantamento	( )	( )
• Comunicação como um elo	( )	( )
• Um conselho	( )	( )

Fonte: Acervo da pesquisadora.

9º encontro – 11 de maio de 2017

O trabalho nesta tarde iniciou com a avaliação do CE na reunião pedagógica da escola. Os conselheiros reiteraram o que haviam falado na reunião anterior sobre a participação do CE nas reuniões de professores, visto que se sentiam parte da mesma, que gostaram muito e que foi melhor do que esperavam.

Foram tratados vários outros assuntos como: participação do CE na festa da família e risoto; venda de sobremesa no risoto pelo CE; prestação de contas referentes a verbas federais (receita e despesa); prestação de contas da rifa da Páscoa; chá das mães que se realizará nas dependências do Avenida Tênis Clube (ATC) e capitalização de doações para o brechó da escola.

Figura 11 - 9º encontro e participação da Festa da Família

Fonte: Acervo da pesquisadora.

10º encontro – 01 de junho de 2017:

Nesta reunião foram tratados assuntos gerais:

- organização da festa junina com participação do CE. Este estará participando pela primeira vez com uma banca, onde a meta é ser mais divulgado o CE e arrecadar verba através da venda de ambrosia e de algodão doce.
- organização das mensalidades do CE;
- valor arrecadado no risoto entre outros assuntos.

Figura 12 - Festa Junina

Fonte: Acervo da pesquisadora.

11º encontro –29 de junho de 2017

Esta foi a última reunião registrada nesta pesquisa, ficando decidido que as mesmas continuarão acontecendo mensalmente, conforme acertado com os conselheiros.

Os assuntos tratados no decorrer da referida reunião:

- nova arrecadação de alimentos em mercado para escola;
- continuidade da participação do CE nas reuniões mensais de formação dos professores, estagiários e funcionários;
- previsão de agenda dos próximos eventos da escola (feira de ciências, festa da família, festa primavera e risoto);
- avaliação da festa junina;
- reunião do mês de junho (foi usada para a construção das avaliações individuais dos alunos);
- substituição da professora de Ballet;
- plantão do CE no mês de julho, considerando ser um mês de recesso dos alunos.

Durante todas as reuniões do CE foi-se trabalhando no formato de Grupos Focais, ampliando sempre as discussões, de modo a responder as duas questões iniciais apresentadas.

- De quais formas o conselho escolar poderia atuar mais diretamente na escola?
- Você está aqui representando um segmento do conselho escolar. Como o conselho escolar poderia estar mais conectado com as necessidades do segmento que você representa?

Figura 13 - Última reunião

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Em especial nesta última reunião foi formalizadaa escrita das respostas das questões acima.

Ficou claro, com as respostas do CE do Centro de Educação Infantil Casa da Criança, que este está no caminho da busca por ser mais participativo e atuante na escola, conforme segue algumas respostas dos conselheiros:

Quando questionados sobre quais formas para oconselho escolar atuar mais diretamente na escola, sinalizaram:

> No momento estamos ajudando na escola como CE. Atuando diretamente, participando de reuniões pedagógicas junto com os professores, fazendo plantões uma vez por mês para interagir com os pais (Conselheiro representante dos pais).
>
> Estar sempre presente nas reuniões, participar sempre com ideias produtivas para ser bem aproveitadas, em favor da escola e das crianças para podermos crescer juntos sempre (Conselheiro representante dos alunos).
>
> Interagir mais com os pais, conversando e explicando sobre as atividades escolares (Conselheiro representante dos professores).

> Estando mais presente na escola, se inteirando dos problemas, levando sugestões que possam ajudar (Conselheiro representante dos funcionários).
>
> Estar sempre na escola, participando e contribuindo no que for necessário (Secretária do CE).
>
> Estando sempre à dispor da escola, tentando resolver problemas juntamente com a direção e representantes".“E trazendo melhorias para escola” (Conselheiro representante do conselho fiscal).

É importante colocar que, quando me deparei com as falas acima, vi a necessidade que estes conselheiros sentem em estar dentro da escola, para poderem se apropriar de suas funções e de seu espaço junto à comunidade escolar.

O programa de fortalecimento dos conselhos escolares traz, com clareza, este estar na escola , como se observa a seguir:

> Mas, para que essa mobilização ocorra, é fundamental que se institua um novo paradigma, uma nova concepção de participação, expurgada dos velhos conceitos de apoio, colaboração, ajuda, adesão e tantos outros que radicam no pressuposto que exclui o exercício do poder (BRASIL, 2004a, p. 57).

Mesmo este conselho estando no caminho, na busca de uma identidade, ocorre a necessidade gritante de a continuidade da formação. O conselheiro precisa conhecer qual é seu papel e o significado, conhecer a escola e seu PPP e qual o papel da escola que ele representa. Como enfatiza o programa de fortalecimento dos CE:

> Muitos sistemas de ensino já desenvolvem ações de qualificação dos conselheiros escolares. O regimede colaboração entre os sistemas de ensino, preconizado pela LDB e já em promissor processo de realização pelas entidades de educadores nos sistemas de ensino, constitui uma das estratégias privilegiadas para partilhar experiências inovadoras e consolidar e efetiva atuação dos conselheiros escolares (BRASIL, 2004a, p. 58).

No que diz respeito à pergunta,“você está aqui representando um segmento do conselho escolar. Como o conselho escolar poderia estar mais conectado com as necessidades do segmento que você representa”, os conselheiros assim se manifestaram:

> Participando sempre de reuniões, para estar sempre à par da situação, para quando precisar da minha ajuda como secretariado CE, estar sempre que

> possível disponívelpara as atividades da escola (Conselheira Secretária do CE).

> Sou representante dos alunos. O CE poderia interagir ouvindo os alunos em sala de aula. Interagir com os alunos seria a minha opinião, para sabermos a sua opinião quanto as suas necessidades, sugestões e elogios perante a escola (Conselheiro representante dos alunos).

Em relação a essa resposta, a representante do segmento pais no CE, se responsabilizou em acompanhar a direção da escola nas visitas às salas de aula, de modo a ouvir os alunos.

> Estou aqui para ajudar a passar para os pais que eles podem contar com mais pessoas, que estamos aqui para ajudar juntos com a escola e a direção. Para o bem estar e convívio dos alunos e pais com o CE sempre presente, para que caminhemos juntos. Para o bem estar de todos e continuarmos melhor cada vez mais a melhorar (Conselheiro representante dos pais).

> O CE deveria participar no dia adia dos funcionários para saber como funcionam as nossas necessidades que temos de enfrentar para oferecer um ano agradável para todas as crianças (Conselheiro representante dos funcionários).

> Participando de todas as reuniões para manter a ata sempre bem organizada, opinando e debatendo junto aos membros do CE de como ajudar a escola nas atividades (Conselheiro representante suplente da secretaria).

> Eu estou no cargo de presidente do CE. Tenho a função de verificar e assinar documentos e queria sugerir colocar uma cópia das atas de reunião no mural da escola, para que os pais possam tomar conhecimento da parceria do CE com a escola (Presidente do conselho escolar).

Considerando as falas dos conselheiros, traz-se a importância deste conselheiros se fazerem presentes na rotina da escola, tendo acesso direto às formações dos profissionais de educação e atuando juntamente com a equipe gestora.

> A valorização dos conselhos como estratégia de gestão democrática da educação trás implícita a relevância de sua função mobilizadora. Esta, por sua vez, se fundamenta no principio da pertença do bem publico a cidadania. Considerando que é no âmbito escolar que são exercitados processos socializadores (BRASIL, 2004a, p. 56).

E é pensando assim, que este processo mobilizador vem em encontro com o processo de formação de cidadãos solidários e autônomos.

7.4 PROTOCOLO DE SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Esta parte da pesquisa reporta-se a todas as reuniões e encontros com os conselheiros que aconteceram nesta escola. Este percurso foi pautado por muitas vozes, ideias, sugestões e, acima de tudo, por uma enorme vontade de mudança e participação.

Foi necessário planejamento a cada encontro. Pensar em que focar, sugerir, andar e buscar constante construção do conhecimento. Este planejamento possibilitoua superaçãodas dificuldades relativas à rotina, que desgasta, massifica e coloca no automático muitas vezes.

O planejamento veio sedimentar um roteiro de sugestões de atividades, no intuito de fortalecer a atuação do CE na escola em questão. Foi de total importância, pois, por certo, apontou caminhos na prática dos professores junto ao CE, proporcionandoum equilíbrio às ações.

A cada reunião, foi-se decidindo ações com o grupo de conselheiros. Muitas vezes, o que era decidido ia sendo colocado em prática na hora e, por vezes, combinavam-se prazos para atuação. Luckesi (1992, p. 118) afirma:

> O ato de planejar, como todos os outros atos humanos, implica escolha e, por isso, está assentado numa opção axiológica. É uma ‘atividade-meio’, que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, e, portanto, orientada por um fim. O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação. E esses fins podem ocupar um lugar tanto no nível macro como no nível micro da sociedade. Situe-se onde se situar, ele é um ato axiologicamente comprometido.

Então, o planejamento da escola foi sendo construído a muitas mãos, e reafirmo que tudo que é feito com comprometimento vemà tona com luz e vida própria. Nomeio abaixo sugestões de atividades que compõem o protocolo da escola para emprego nas instituições de ensino:

1. *Formação dos conselheiros.*
2. *Formação da equipe: professores, estagiários e funcionários.*

3. *Reuniões fixas mensalmente dos conselheiros.*
4. *Criação de grupo interativo via Whatsapp.*
5. *Pautas de reuniões definidas e planejadas.*
6. *Participação na reunião pedagógica dos professores.*
7. *Um plantão mensal de atendimento às famílias.*
8. *Uniforme com identificação do CE em todos os eventos internos ou externos(esta atividade aconteceu, considerando que os conselheiros usaram sempre a camiseta com identificação da escola e do CE).*
9. *Acesso à escola, independentemente de solicitação dos gestores.*
10. *Livro ata e documentação do CE em dia.*

Todas as ações citadas acima foram colocadas em prática dos meses de setembro de 2016 a junho de 2017, as quais compuseram e agregaram a minha rotina como pesquisadora e diretora, membro nato do CE, durante todo este percurso.

Quando colocquei no texto acima o protocolo criado apartir de todo o processo desta pesquisa, vi que o caminho exige dedicação e vontade de mudar. O produto final desta dissertação do Mestrado Profissional é a formulação de um protocolo de sugestões de atividades que têm como finalidade fortalecer o conselho escolar das instituições de ensino. Este CE vem trazendo uma representatividade de ação, onde os conselheiros têm o papel de buscar a melhor forma de agir perante a sua comunidade escolar.

> Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamentos das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática (BRASIL, 2004a, p. 33).

Como pesquisadora e diretora da escola Casa da Criança, ao chegar aqui, reconstruo-me como pesquisadora e educadora, pois pude acompanhar o impacto na rotina da escola com um conselho escolar atuante e presente no espaço escolar, muito diferente do que se viveu nos últimos anos, ou seja, o empoderamento de um conselho escolar na conquista de um espaço democrático e a união e participação comprometida dos conselheiros frente à comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gestos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 2009, p. 91).

Inicio minhas considerações finais com esta fala de Paulo Freire, que representa minha caminhada no Centro de Educação Infantil Casa da Criança, e acredito ser muito urgente que a escola abra seus espaços para atitudes democráticas. Freire (2009, p.91) aponta: “É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mascom reflexão e prática”.

Durante toda minha caminhada de investigação e estudo, que vivenciei nos últimos dois anos, posso dizer que foi uma “aventura pedagógica” a elaboração desta dissertação do mestrado.

Muitos foram os sentimentos que me acompanharam. Uma mistura de insegurança por não me sentir uma acadêmica no real sentido da palavra, por não conseguir me dedicar tanto quanto necessário aos estudos e produções, pela falta de tempo, pela imprecisão e angústia de muitas vezes não saber por onde começar a produção acadêmica. Claro que todos esses sentimentos se acentuaram pelo longo tempo que estive fora da produção cientifica e voltada a uma vida dedicada a prática educacional. Tenho quedestacar que foi necessário abrir mão de alguns momentos da vida, que considero muito significativos, ou seja, conviver com pessoas que amo.

O caminho me exigiu persistência para transpor da profissional à acadêmica, cuja vivência se detinha nos problemas diários da escola e passar a ser pesquisadora. Esta nova face me trouxe uma nova perspectiva frente às pessoas com as quais convivo profissionalmente, exigindo-me construir novos conceitos como gestora, ou seja, novos paradigmas se formaram,marcos referenciais que agora dão embasamento às discussões sóciopolíticas dentro da escola.

Nesta caminhada de pesquisadora deparei-me com a importância do conhecimento em relação ao funcionamento dos Conselhos Escolares, visto que isso era exigido para esta dissertação ter sucesso. Então minha vitalidade como pesquisadora foi de extrema importância para pensar mudanças que poderiam ser implementadas durante a pesquisa sobre o CE.

Este processo de finalização da dissertação transpôs a construção acadêmica, uma vez que vivenciei a prática de pensar e de construir,a muitas mãos, a nova face do CE da escolana qual atuocomo diretora. Saliento a importância de um novo olhar sobre o cenário educacional, onde muito se fala em gestão democrática e pouco de fato acontece junto às instituições escolares, em especial aos Conselhos Escolares.

Durante todo o processo investigativo ocorreu a leitura de obras de muitos autores para buscar o suporte teórico, ou seja, o embasamento para as discussões, aonde minha orientadora me conduziu com extrema sensibilidade, levando em conta minhas limitações acadêmicas. E, assim, fui transcorrendo este caminho com os professores da academia, os colegas gestores, os conselheiros e a comunidade escolar.

Tenho de colocar que, muitas vezes, me surpreendi, pois não tinha, no início do Curso, a percepção necessária para ver que, de fato, não acontece à gestão democrática nos espaços escolares e, sim, acontecea democracia representativa coma eleição de diretores e eleição de conselheiros do CE.

Durante a aplicação do propostoem três escolas da RedePúblicaEstadual e Municipal, vi a fragilidade dos Conselhos Escolares, onde aconclusão, após tabulados os questionários, aponta a falta de formação dos gestores e dos os conselheiros, o que vem comprovar, como ponto alto desta pesquisa, que é preciso urgentemente o poder público,através das instituições escolares, proporcionar a formação de todos os envolvidos no processo de fortalecimento dos CEs, ou seja, de toda comunidade escolar. Araújo e Leite (2010), em sua fala, colocam a necessidade de qualificar os conselhos escolares, pois, inúmeras vezes, o fracasso se dá pela falta de conhecimento dos que estão à frente do processo.

Busquei responder ao problema de pesquisa: que condições específicas poderiam contribuir para a que os Conselhos Escolares sejam órgãos de efetivação da gestão democrática na escola pública?

Quando se é esclarecido sobre determinado assunto é que se apropriar da prática. Sem conhecimento prévio atése consegue caminhar, mas haverá um preço a pagar. Nesta caminhada dos limitese possibilidades do fortalecimento dos CEs, sinto-me tranquila em afirmar que a figura do gestor ou do diretor de escola é peça fundamental para que aconteçam essas mudanças de paradigmas em relação à gestão democrática nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva o diretor de escola deve ser um articulador da democracia participativa, mesmo que sua eleição e a eleição do CE tenham se dado por meio de representação. Afirmam os autores Araújo e Leite (2010) que a criação de conselhos e as eleições diretas para diretores não garantem a gestão democrática. É necessário que acomunidade crie mecanismos, como forma de garantir a efetiva participação nas decisões dos espaços institucionais, e o respeito às decisões tomadas, como forma de garantir a real execução das decisões.

Ao se trabalhar juntamente com o conselho escolarse busca estes mecanismos e foi na formulação, formatação e aplicação do protocolo de sugestões de atividade que se começou, de fato, a ter mecanismos de participação dentro da escola. As ações propostas vieram compor nossa rotina criando um vinculo entre os membros do conselho escolar e a comunidade da escola.

A construção de um coletivo que participe e insira a comunidade nesse processo é um caminho para uma gestão democrática, na qual se insere o conselho escolar.

Os dados desta dissertação apontaram que os diretores que estão à frente da gestão acreditam que ser diretor envolve basicamente questões administrativas, buscando soluções rápidas e eficazes para as rotinas de suas escolas. No entanto, isso é desmistificado pela presente pesquisa que evidenciou a importância do diretor ter domínio das questões políticas que envolvem o administrativo-pedagógico-financeiro.

Hoje se faz necessário um gestor envolvido nas questões administrativo-pedagógicas e políticas. Um gestor com dimensão políticaque envolva todos os segmentos na construção de uma proposta ampla e eficaz para vida escolar com conhecimento do contexto social, político e econômico da sociedade capitalista em que se vive.

Quando se pensa em preparar para cidadania, deve-se inicialmente acreditar na vivência da democracia, onde o diretor torna-se figura primordial neste momento do processo no sentido ser um articulador do coletivo. Então gestão democrática, na rotina da escola pública, é trabalho para muitas mãos que envolve muitos e uma boa articulação entre todos, seja para construção do PPP, seja para a preparação dos conselheiros, de modo que o CE se efetive como órgão de gestão da escola.

Encerro minhas considerações afirmando que os CEs estão instituídos nas escolas, contudo de maneira ainda tímida e limitada, dependente de decisões das

equipes gestoras. Apresentam-se de forma incompleta para a grandeza de sua função, ou seja, um órgão democrático de gestão.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. J.; LEITE, M. C. S. L. A efetivação dos conselhos escolares como órgão de democracia da gestão escolar. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 8., 2010, Londrina/PR. **Anais...** Londrina/PR: UEL, 2010, p.01-14.

BARRETO, A. A. A questão da informação**. São Paulo em perspectiva,** São Paulo,v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. **Teoria geral da política**: a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000b.

BORDIGNON, G. Democratização e desenvolvimento da educação: políticas e práticas. **Revista Brasileira de Administração da Educação** - RBPAE,Porto Alegre, v. 9, n.1, p.71-78, jan./jun. 1993.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27833. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar, Gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Brasília: MEC/SEB, 2004a.

_____. **Conselhos Escolares:** Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC/SEB, 2004b.

_____. **Conselhos Escolares:** Uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC/SEB, 2004c.

_____. **Conselho Escolar e aprendizagem na escola.** Brasília: MEC/SEB, 2004d.

_____. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante da comunidade.** Brasília: MEC/SEB, 2004e.

_____. **Conselho Escolar e o aproveitamento do tempo pedagógico.** Brasília: MEC/SEB, 2004f.

CELLARD, A. A analise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, p.295-316.

DAHL, R. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

FIALHO, N. N.; TSUKAMOTO, N. M. S. Gestão democrática e educação de qualidade: desafios do gestor escolar. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL,10.,2014, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis/SC: UFSC, 2014, p.01-20.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Professora Sim, Tia Não.** São Paulo: Ed. Olho D'Agua, 2009.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1., 1994, Brasília/DF. **Anais...**Brasília/DF: MEC, 1994.

GAGNO, R. R.; SCHANE, R. O Conselho de escola como parceiro na compreensão de parâmetros e indicadores de qualidade na educação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9.,2012, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: UCS, 2012, p.01-16.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.84).

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paidéia:** Cadernos de Psicologia e Educação, Ribeirão Preto, v. 12, n.24, p.149-161, 2002.

HELDER, R. R. **Como fazer Análise documental**. Porto: Universidade de Algarge, 2006.

JOSSO,M. **Caminhar para si**. Tradução por Albino Pozzer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LUCKESSI, C.C. **Planejamento e Avaliação na Escola**: articulação e necessária determinação ideológica. São Paulo: FDE, 1992 (Série Idéias).

MARINHEIRO, E. L. Gestão Democrática e conselho escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Londrina. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 10.,2014, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis/SC:UFSC, 2014, p.01-19.

MEC. **Conselhos Escolares.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>. Acesso em: 22 out. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

PARO, V. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Gestão Democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PEREIRA, S.; ZIENTARSKI, C. Políticas educacionais no Brasil: O conselho escolar no contexto neoliberal. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 8.,2010,Londrina/PR. **Anais...** Londrina/PR: UEL, 2010, p.01-18.

PRZEWORSKY, A. **Estado e economia no capitalismo***.* Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1995.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal de Educação Infantil Borges de Medeiros.** Santa Maria, 2013a.

_____. **Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmão Quintino.** Santa Maria, 2013b.

_____. **Centro de Educação Infantil Casa da Criança.** Santa Maria, 2013c.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 13.990, de 15 de maio de 2012. Introduz modificações na Lei n. 10.576, de 15 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul,** Poder Legislativo, Porto Alegre, RS, 16 maio 2012. Seção 094, p.1. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=57715>. Acesso em: 25 jul. 2017.

ROSSI, W. G. **Capitalismo e Educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação no capitalismo. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SANTA MARIA. Lei nº 4.740, de 24 de dezembro de 2003. Institui a gestão escolar democrática. **Câmara de Vereadores de Santa Maria**, RS, 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisa/0/1/0/1227>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia***.* São Paulo: Cortez, 1983.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia***.* Rio de Janeiro: Zahar,1977.

SOUZA, A. R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v.25,n.03, dez. p.123-140, 2009.

VEIGA, I. P. V. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In:VEIGA, I. P. V. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995, p.11- 36.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: A retórica do poder. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WENDLER, C. C.; Conselhos Escolares na Educação Infantil. In:ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL,9., 2012, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: UCS, 2012, p.01-08.

WOOD, E. M. Estado, democracia y globalización. In: BORON, A. AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (Orgs.). **La teoria marxista hoy**. Problemas y perspectives. Buenos Aires: ConsejoLatinoamericano de Cienciassociales – CLACSO, 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Os questionários aplicados para todos os participantes dos Conselhos Escolares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

- Como é constituído o conselho escolar?
- Qual a finalidade do conselho escolar?
- Como foi realizada a formação para ser conselheiro?
- A sua escola tem um regimento do conselho escolar?

  ( ) SIM () NÃO
- Sendo a resposta positiva, quem elaborou?
- Qual é seu cargo e suas atribuições?
- Como se dá a escolha dos temas para reuniões do conselho escolar?
- Que avaliação faz do conselho escolar desta escola?
- O Projeto Pedagógico da escola é foco de atenção do conselho escolar?

  ( ) SIM ( ) NÃO
- Sendo a resposta positiva, quais aspectosdo PPP são mais discutidos no conselho escolar e porquê?
- Você considera o conselho escolar como um órgão democrático?

  ( ) SIM ( ) NÃO
- Porquê?
- Qual sua sugestão para este conselho escolar:

APÊNDICE B – MATERIAL PARA O GRUPO FOCAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

GRUPO FOCAL

- Quais as formas que o conselho escolar poderia atuar mais diretamente na escola?
- Você representa um segmento do conselho escolar. Como o conselho escolar poderia estar mais conectado com as necessidades do segmento que você representa?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo tem por objetivo apresentar a pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG/UFSM), da qual você está sendo convidado a participar. Este termo tem algumas informações esclarecedoras da pesquisa em si e do que será feito com os dados da mesma. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Pesquisador (a) responsável: Profª Rossonia Marini Serafini
Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de administração escolar
Telefone para contato: (55) 999661228
E-mail:rossoniaserafini@yahoo.com.br
Orientadora: ProfªDrª Sueli Menezes Pereira
Telefone para contato: (55) 999781140
E-mail: sueli.ufsm@gmail.com

Título da dissertação: A Efetivação da Gestão Democrática através dos Conselhos Escolares: Desafios e Limites

Problema de pesquisa: Como descentralizar o poder nas esferas escolares, dando vazão aos processos de democratização dos Conselhos Escolares?

Objetivos específicos:

a) Identificar os possíveis desafios da construção democrática na contemporaneidade;
b) Analisar a legislação estadual e municipal sobre a organização democrática em escolas públicas, tendo o conselho escolar como foco.
c) Analisar a função e a organização do conselho escolar como órgão norteador da gestão democrática no desenvolvimento do processo educacional, visando à qualidade do ensino;

d) Analisar o conselho escolar nas escolas da rede municipal e estadual;
e) Construir um protocolo de Fortalecimento dos Conselhos Escolar através de grupos focais;
f) Aplicar o protocolo de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Metodologia: A Metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, pois não se quer quantificar as ações dos sujeitos, visto que o objetivo é analisar o processo de efetivação da Gestão Democrática através do fortalecimento do conselho escolar nas escolas municipais do município de Santa Maria/RS.

Como método de pesquisa, optou-se pela pesquisa de multicasos. A pesquisa também será documental, visto que serão utilizados os seguintes documentos: atas de reuniões doconselho escolar, assim como a Lei de Gestão Democrática do município da Santa Maria e do Estado do Rio Grande do Sul, considerando que os mesmos são essenciais para contextualização e análise do objeto deste estudo, o conselho escolar.

Eu _____, R.G. sob nº _____, concordo em participar desta pesquisa.

_____

Assinatura do/a Participante ou Responsável (no caso do/a mesmo/a ser menor de idade)

_____

Assinatura da Pesquisadora

Santa Maria, ____ de _____ de_____

ANEXO A – MATERIAL PARA REUNIÃO

Reunião conselho escolar – 30/09/2016

O que são Conselhos Escolares? São órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que tem como atribuição deliberar sobre questões politico-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos conselhos, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática.

O projeto-politico-pedagógico não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Esse processo deve ser coordenado e acompanhado pelos Conselhos Escolares.

O conselho escolar têm as seguintes funções:

1. **Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto politico-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normasdos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas das escolas sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.
2. **Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
3. **Fiscais** (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e qualidade social do cotidiano escolar.
4. **Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.